



Câmara Municipal de Benavente

Subunidade Orgânica de Atas e Apoio aos Órgãos Autárquicos

Ata n.º 15/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE ABRIL DE 2026

(Contém 41 páginas)

ATA N.º 15/2026

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 30 minutos

Encerramento: 17 horas e 36 minutos

No dia vinte do mês de abril de dois mil e vinte e seis, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor vice-presidente da Câmara Municipal de Benavente, Paulo Sérgio Correia Abreu, reuniu a mesma, estando presentes os senhores vereadores:

Hélio Manuel Faria Justino, em representação da CDU – Coligação Democrática Unitária

Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, em representação do CHEGA e

Pedro Alexandre Santos Gameiro, em representação do PS – Partido Socialista

Pelo senhor vice-presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem do Dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	CÂMARA MUNICIPAL / PRESIDÊNCIA-VEREÇÃO		
	Gabinete de Apoio ao presidente e vereadores		
1	Período destinado às intervenção dos municípios		
2	Aprovação da ata da reunião anterior		
	DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA		
	Gestão e Controle do Plano e do Orçamento		
3	Apresentação dos documentos de prestação de contas individuais – exercício de 2025		

4	2. ^a revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026		
	Inventário e Cadastro		
5	Inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do património do Município de Benavente / Exercício de 2025		
	Subunidade Orgânica de Contabilidade		
6	Resumo diário de tesouraria		
	DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS		
	Subunidade Orgânica de Património		
7	Exercício do Direito Legal de Preferência conferido ao Município de Benavente no âmbito do N° 3 do Artigo 20 do Decreto-Lei n° 794/76, de 05/11, Artigo 29 da lei n° 31/2014, de 30/05, constituído através do direito de superfície	Informação n.º 2278 de 09-03-2026	
	DIVISÃO MUNICIPAL DE OBRAS MUNICIPAIS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES		
	Gestão de Operações Financiadas		
8	Investimento C03-i02 - Acessibilidades 360° / Projetos n° 4809, 5736 e 5832 - Situação das Candidaturas	2024/850.10.005	
	DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE		
	Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa		
9	Realização de Passeio Moto 2/Moto 4 – Pedido de emissão de Alvará de Licença – Despacho a ratificação	Informação n°12339 de 08/04/2026	

10	Realização de Passeio a Cavalo – Pedido de emissão de Alvará de Licença -Despacho a ratificação	Informação nº12229 de 07/04/2026
EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL		
Educação		
11	Proposta de Composição do Conselho Municipal de Educação	Informação nº12849 de 13/04/2026
Ação Social		
12	Pedido de apoio Económico Eventual para pagamento de alojamento (quarto particular) face a situação de sem abrigo do beneficiário	Informação nº11902 de 15/04/2026
13	Aprovação de deliberações em minuta	

Secretariou a chefe da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, Ana Carla Ferreira Gonçalves, coadjuvada por Fernando Alberto Marcelino Rodrigues, coordenador técnico.

AUSÊNCIA DE MEMBROS DO EXECUTIVO: O senhor vice-presidente deu nota da ausência da senhora presidente e da senhora vereadora Catarina Vale, por motivos pessoais.

«O senhor vice-presidente considerou justificadas as ausências.»

RETIRADA DE PONTOS DA ORDEM DO DIA

Dada a ausência da senhora presidente da Câmara Municipal, o senhor vice-presidente propôs a retirada dos pontos 3, 4, 5 e 12, da ordem do dia.

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, retirar os pontos 3, 4, 5 e 12 da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

VEREADOR PAULO CARDOSO

1- POÇO DO CALVÁRIO, EM BENAVENTE

Perguntou se a verba de doze mil e cem euros que consta na revisão ao orçamento, em reforço aos recursos financeiros a alocar à obra de preservação e qualificação do Poço do Calvário, em Benavente, contempla a sua tamponagem.

2- RECOLHA DE LICO E MONOS

Alertou para o um problema muito grave no município com a recolha do lixo e dos monos.

Solicitou que o senhor vice-presidente, desse uma palavra de alento a todos os munícipes.

Pediu esclarecimentos sobre uma situação concreta que lhe foi relatada, porque, afirmou, não quer acreditar que, em pleno século XXI, os serviços municipais tenham depositado, no Bairro 1.º de Maio, no Porto Alto, uma carga de lixo a céu aberto.

Manifestou que o Executivo Municipal não foi eleito para que sejam criadas situações como a relatada foram, antes, eleitos para dar soluções e para resolver os problemas dos munícipes.

3- MANUTENÇÃO DE JARDINS E ZONAS VERDES

Deu nota para a falta de manutenção dos jardins e zonas verdes do município, ainda que, ultimamente, tem sido notória uma melhoria por serem os serviços municipais a executarem aqueles trabalhos.

4- SEMÁFORO DANIFICADO

Deu nota que, por força das intempéries, junto ao supermercado Auchan, em Benavente, um semáforo ficou inoperacional, o que ainda se mantém.

Frisou que é urgente fazer a sua substituição/reparação, para a segurança de todos.

5- INSTALAÇÃO DE ROULOTE

Transmitiu que a nova gerência do supermercado Auchan, em Benavente, não autoriza a permanência de uma roulotte que servia comidas e bebidas, no parque de estacionamento existente.

Sugeriu que a Câmara Municipal autorize a instalação da roulotte no parque da Vala Nova, em Benavente, por forma a dinamizar aquele espaço.

Solicitou que os serviços procedessem à limpeza do mesmo espaço.

6- REQUALIFICAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE BENAVENTE

Solicitou que o senhor vice-presidente desse um esclarecimento a todos os munícipes, sobre o anúncio que a senhora presidente fez nas redes sociais, sobre a requalificação da zona ribeirinha de Benavente e sobre a subsídio estatal desse projeto com dinheiro do Fundo Ambiental, no valor de quatrocentos mil euros.

Referiu que o anúncio foi muito importante, mas o município não é só a freguesia de Benavente, tem mais três freguesias.

Pediu que o senhor vice-presidente transmita que vai haver mais verbas estatais para requalificar as zonas afetadas pelas intempéries, em todos os locais do concelho.

7- REQUALIFICAÇÃO DA COBERTURA DA ADCRA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, CULTURA E RECREIO DOS ARADOS

Deu nota que recebeu uma reclamação de um empreiteiro que vai fazer a requalificação da sede ADCRA, no Porto Alto, -o qual recebeu ordem para avançar com a obra, mas, por falta de verba no orçamento municipal, ainda não foi possível emitir as requisições do serviço e do material.

Acrescentou que, tendo o empreiteiro assumido compromissos com dois trabalhadores para a execução da obra, não foi possível avançar por falta de material, estando, neste momento, a ser lesado.

SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO

1- 61.ª EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ARTE DA BIENAL DE VENEZA

Felicitou Ilda David, natural de Benavente, uma das mais conceituadas pintoras portuguesas, destacando-se na ilustração de livros e na pintura, uma das maiores representantes no mundo da pintura portuguesa contemporânea, que vai estar presente na 61.ª Exposição Internacional de Arte da Bienal de Veneza, que decorre de 9 de maio a 22 de novembro.

Acrescentou que a pintora Ilda David é uma das vinte e quatro artistas convidados pela delegação do Vaticano.

Aludiu que a fadista Carminho também faz parte desta representação portuguesa, encabeçada pelo artista Alexandre Estrela, que trabalha com a perceção da imagem e do som.

Sugeriu que, sendo uma cidadã natural de Benavente, deve merecer o reconhecimento por parte da Câmara Municipal, com a atribuição de uma distinção honorífica municipal.

VEREADOR PEDRO GAMEIRO

1- REQUALIFICAÇÃO DA EN 118

Alertou para o mau estado da EN 118, nomeadamente, no troço da Av. O Século, em Samora Correia, e para a circulação de veículos pesados, cuja circulação massiva naquela via pode estar na origem dos problemas estruturais já evidentes em algumas habitações.

Observou que decorre um abaixo-assinado por parte dos moradores da Av. O Século, manifestando o seu desagrado em face do mau estado da estrada nacional, movimento que pode, incluso, vir a realizar uma vigília no local.

Perguntou se, na sequência da reunião com a IP-Infraestruturas de Portugal, já existe previsão para a reparação do troço da EN 118, da Av. O Século.

2- PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES

Transmitiu que o Rancho Típico Saia Rodada, de Benavente, no dia 20 de fevereiro último, solicitou transporte para as suas atividades, à semelhança de anos anteriores.

Acrescentou que a direção do Rancho, enviou emails, de insistência, a 27 de fevereiro e no dia 9 de abril e ainda não obteve qualquer resposta, sendo que isso teve por feito não terem comparecido a dois festivais de folclore.

Questionou a razão de ser da demora na resposta ao Rancho Típico Saia Rodada, bem como a outras associações, tendo em conta que no Executivo anterior as coisas fluíam de outra maneira, não se percebendo porque é que se demora tanto tempo a dar resposta a uma associação.

Perguntou, também, se para todos os ensaios, é necessário o Rancho Típico Saia Rodada solicitar a emissão de licença especial de ruído.

3- FALTA DE NADADOR-SALVADOR NAS PISCINAS MUNICIPAIS

Observou que as piscinas municipais só têm a presença de um nadador-salvador a partir do meio-dia, porque no período compreendido entre 7 e as 12 horas, não existe nadador-salvador, embora seja obrigatório por Lei.

Indagou se com o procedimento concursal em concurso, de contratação de nadadores-salvadores, esta situação ai ser invertida, manifestando que isso seria essencial para que os utilizadores possam ficar mais seguros.

4- REQUALIFICAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE BENAVENTE

Questionou se mais algumas zonas do concelho ficaram abrangidas pelos apoios do Fundo Ambiental, no contexto do comboio de tempestades do início do corrente ano, nomeadamente, a zona ribeirinha de Samora Correia.

5- APOIO ÀS COOPERAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO

Transmitiu que os Bombeiros Voluntários de Benavente não estão a receber os montantes de financiamento permanente aprovados pela Câmara Municipal e inscritos no orçamento municipal, apresentando um déficit de mil, duzentos e vinte euros, por mês.

Observou que, com o aumento de combustíveis, as dificuldades têm aumentado.

Questionou se ainda se verifica aquele desfasamento e se a Câmara Municipal está disposta a fazer uma compensação às duas Associações.

VEREADOR FREDERICO ANTUNES

1- RECOLHA DE LIXO E MONOS

Alegou o artigo 37.º da Constituição da República Portuguesa, para enquadrar a sua intervenção

Observou que, pior que um comunista, é um comunista sem vergonha, e pior que um comunista sem vergonha, é um comunista sem vergonha mentiroso.

Comentou que assistiu com vergonha alheia ao que aconteceu na última Assembleia de Freguesia de Samora Correia, onde a ex-primeira dama do concelho, teve o desplante de sair ao ataque em relação às questões que hoje preocupam os munícipes, e com toda a razão.

Relembrou que foi preciso o marido da primeira-dama, o anterior presidente da Câmara Municipal, resgatar uma associação do concelho de Benavente, comprando um pavilhão para poder injetar capital naquela associação, para que os seus dirigentes à data não tivessem problemas pessoais, de responsabilidade executiva e fiscal, maiores.

Afirmou que é fácil a qualquer pessoa atacar a questão da recolha dos lixos porque a situação está pior do que há cinco meses.

Recordou que o anterior presidente da Câmara Municipal, praticando um crime ambiental grave despejava tudo e mais alguma coisa no aterro da Coutada Velha, em Benavente, ou seja, o concelho tinha um aterro ilegal a funcionar e que todos o utilizavam, não apenas os serviços da Câmara Municipal, com autorização e anuência do, então, senhor presidente, assim como os munícipes.

Acrescentou que o aterro da Coutada Velha já está a ser limpo, e com portaria instalada para prevenir que as pessoas despejem lixos naquele local.

Referiu que, quando as pessoas tentam atacar, é preciso ter alguma vergonha, se tivermos, ou não, responsabilidades no passado, durante tantos anos, em determinada circunstância.

Disse que, considera que o fundamental é que todos têm de estar unidos para construir, que vir dar um espetáculo decadente, em ataque de quem fez o pior no passado, durante tantos anos, fizeram do mais podre e do mais ridículo do ponto de vista ambiental; e que não existe nenhuma forma das pessoas que estão por bem, ainda que possam discordar, não manifestarem a sua indignação, afirmarem a sua educação e defenderem que, neste momento, se estão a procurar as soluções para resolver este grave problema.

Lembrou que tem discordâncias com o senhor vereador Pedro Gameiro, e não é por isso que não estão juntos a tentar encontrar uma solução para este problema; coisa diferente é a ex-primeira dama atacar alguém por causa da recolha do lixo no concelho, quando o que se passava antes era uma vergonha.

Mencionou que os comunistas que ataquem quem tenham de atacar, mas tenham vergonha sobre o passado, nas situações que têm de ter vergonha e tenham orgulho sobre o passado, nas situações que têm de ter orgulho.

2- REQUALIFICAÇÃO DA EN 118

Frisou que a requalificação da EN 118, nomeadamente, no troço da Av. O Século, em Samora Correia, não precisa de um abaixo-assinado, nem precisa que as pessoas façam uma vigília junto da Câmara Municipal.

Observou que o processo de requalificação da EN 118 está a decorrer, apesar de não ser um tema da decisão da Câmara Municipal, e não se pode criar essa ideia.

Comentou que o concelho tem dois deputados da nação, um da AD e outro do CHEGA, que, em conjunto, estão a trabalhar para poder resolver o problema da Av. O Século, que é uma decisão da IP-Infraestruturas de Portugal (IP), um organismo público da tutela do Ministério das Infraestruturas e não vai ser ninguém da Câmara Municipal que, por si só, resolver.

Disse que o que o Executivo pode fazer é pressionar a IP para que a reparação e a beneficiação da EN 118 possa acontecer o mais breve possível.

Acrescentou que a população de Samora Correia não precisa só de ter a Av. O Século sem tráfego de veículos pesados de mercadorias, é preciso, também, pensar a mobilidade da cidade de Samora Correia.

Mencionou que o que encontrou perdido na Câmara Municipal foi um Plano Municipal de Mobilidade Sustentável, pago, e que, em nenhuma instância, foi considerado. Este Plano contemplava a fase um, que era o momento de fazer o estudo de como é que as zonas urbanas do município podiam evoluir, a fase dois ficou em suspenso e a fase três, não está trabalhada.

Frisou que este Plano está a ser repensado, de modo a alargar-se a todas as freguesias do concelho.

Referiu que se pretende reunir com especialistas, que tenham um percurso profissional consolidado na questão da Mobilidade Urbana, para ajudar a encontrar soluções para os próximos quinze a vinte anos, de planeamento da cidade.

Afirmou que uma futura circular externa na cidade Samora Correia, começando no Belo Jardim, ligando a Murteira, Porto Alto, Arados até à Estrada Real e terminando na EN 10, é o que faz todo o sentido.

Garantiu que ainda este ano, o município vai organizar eventos com as populações das quatro freguesias, para que participem no debate público daquilo que deve ser desenvolvido em termos de Mobilidade Urbana, e assim, através do Instituto da Mobilidade dos Transportes (IMT), se consiga que os necessários investimentos beneficiem de financiamento público e não onerar financeiramente os municípios.

Reiterou que o Plano Municipal de Mobilidade, a dez ou vinte anos, vai ser construído com as todas as Juntas de Freguesia, com a Guarda Nacional Republicana, com os Corpos de Bombeiros do concelho, com o Serviço Municipal de Proteção Civil e com as populações, onde todos vão poder participar.

3- REQUALIFICAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE BENAVENTE

Observou que o *post* da Câmara Municipal que deu o mote para a questão da requalificação da zona ribeirinha de Benavente avançar não foi a comunicação mais feliz, porque induziu as pessoas em erro.

Clarificou que a Câmara Municipal tem uma listagem com a identificação detalhada de todos os incidentes ocorridos durante o comboio de Tempestades do início deste ano, desde Foros da Charneca até Pancas.

Acrescentou que, paralelamente a esta listagem, que é uma síntese de tudo o que foi identificado, existe um relatório mais detalhado de cada incidente que existiu, com fotografias.

Transmitiu que já partilhou os documentos com o senhor presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia e todos os munícipes que queiram ter acesso ao relatório devem contactar Gabinete de Apoio à Presidência.

Explicitou que, perante o levantamento de tudo o que foi afetado pela calamidade, existem duas formas de resolver os problemas

A primeira é o do investimento direto do município, através dos seus serviços, na reparação de estradas. O concelho tem cerca de 200 Km de vias em terra batida, da responsabilidade do município, em que a maioria delas já foram reparadas, numa primeira volta, estando a decorrer a segunda volta de reparações, com a colocação de touvenant. Recordou que, em termos de reparação de estradas, gastava-se cerca de 68 toneladas, por ano e que, de momento, estamos próximos das 45 toneladas, o que significa que o ritmo de reposição e reparação da rede viária está a ser mais rápido.

Clarificou que a Câmara Municipal repara as estradas municipais, o governo central repara as autoestradas e estradas nacionais.

Afirmou que, quanto à segunda forma de resolução dos casos existente, todas as áreas do concelho que foram eleitas como fundamentais serão intervencionadas ao abrigo do PTRR, através da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Elencou as zonas de intervenção, em Samora Correia, já levantadas: 11 pontões de madeira, na zona ribeirinha de Samora Correia, no valor aproximado de sessenta mil euros; os caminhos de acesso a Pancas; a estrada de campo, desde o Gado Bravo até à Vala Nova; nos Foros da Charneca e no Porto Alto, aluimento de estradas; o Parque de Merendas do Vale da Asseiceira, na Barrosa; a rua do Vale Cabril, em Foros de Almada e outros.

Afirmou que as pessoas podem deslocar-se aos serviços municipais e indicar os locais que não foram, eventualmente, contemplados.

Observou que a comunicação pode não ter sido a mais eficiente, porque induziu as pessoas a pensarem uma coisa diferente daquela que vai ser feita, ou seja, que só se ia intervir na zona ribeirinha de Benavente, o que não corresponde à verdade.

Frisou que há uma série de obras que vão ser feitas, umas via Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e outras, via PTRR.

Recordou que estão em causa cerca de quase uma centena de ocorrências, sendo função do município tentar resolvê-las o mais rapidamente possível.

Mencionou que a requalificação da zona ribeirinha de Benavente, vai desde a ponte pedonal sobre o rio Sorraia até à Vala Nova.

4- SAÚDE E BEM ESTAR ANIMAL

Observou que a saúde e bem-estar animal são muito importantes para o município, áreas de atuação que foram esquecidas pelo anterior Executivo, durante muitos anos.

Deu nota que existem uma série de animais, tanto no Centro Municipal de Recolha Oficial, como na Associação Refúgio Vital, e que todos os que queiram ter um animal doméstico devem contactar os serviços da Câmara Municipal, para dar a oportunidade destes animais terem uma vida melhor.

VEREADOR HÉLIO JUSTINO

1- AQUISIÇÃO DO PAVILHÃO DA ARCAS

Lembrou que a ARCAS teve um problema com as Finanças, tendo feito um acordo para pagamento, em prestações, de uma coima que foi aplicada, não precisando da ajuda da Câmara Municipal.

Lembrou que, na altura, a ARCAS era presidida por um, então, militante do CHEGA, atualmente eleito pelo PSD na Junta de Freguesia de Samora Correia.

Clarificou que a Câmara Municipal apenas fez a aquisição do edifício onde a ARCAS tem a sua sede, para salvaguardar futuros problemas, caso a direção da ARCAS não cumprisse com o acordo, incorrendo no risco de penhora.

Lembrou que o edifício continua a ser usufruído e gerido, inteiramente, pela ARCAS. Afirmou que não houve nenhuma injeção de capital por parte da Câmara Municipal para favorecer ninguém, conforme o senhor vereador Frederico Antunes quis dar a entender. Frisou que a situação reflete a forma como a Câmara Municipal tratava as coletividades e associações, com total isenção, independentemente das ligações das pessoas a determinadas forças políticas.

2- RECOLHA DE LIXO E MONOS

Lembrou que na anterior reunião do Executivo, todos os eleitos concluíram que a recolha do lixo é um problema a nível nacional.

Concordou que todos devem fazer melhor e todos têm o dever de procurar e minimizar os impactos da deposição dos lixos.

Garantiu que o anterior Executivo não colocava o lixo e os monos no aterro da Coutada Velha, apenas lá colocava entulhos e verdes, que depois eram triturados.

Acrescentou que, pontualmente, isso possa ter acontecido, quando não havia a possibilidade de usar a estação de transferência de Salvaterra de Magos ou o aterro da Raposa.

Frisou que, em determinada altura, por o portão dessas instalações municipais ser muito frágil, houve particulares que invadiam aquele espaço e depositaram resíduos.

Clarificou que nunca houve por parte da Câmara Municipal, nenhuma diretriz para que as pessoas depositassem o lixo e os monos na Coutada Velha.

Concordou que a situação não melhorou e que, quando se tomam decisões é com o intuito de melhorar, porque não é em seis meses que as decisões que são tomadas têm efeitos positivos imediatos.

Teme que algumas alterações que foram feitas, com o objetivo de fazer melhor, possam não resultar.

Disse que, em relação aos monos, caso tivesse sido eleito presidente, tinha adquirido duas viaturas, formava mais duas equipas, para além das que existem, para fazer os agendamentos e lançava uma campanha de sensibilização, que ficou preparada e tinha um custo de vinte e quatro mil euros, para que as pessoas em vez de colocarem os monos junto aos contentores, utilizassem um número verde para que os serviços fizessem o agendamento e os recolhessem nas casas dos munícipes.

Crê que, com a campanha e a formação de mais duas equipas no terreno, o serviço melhorava bastante, associado à revisão do Regulamento de Higiene Urbana, ao aumento de fiscalização e à aplicação de coimas decorrentes de processos de contraordenação.

3- FALTA DE NADADOR-SALVADOR NAS PISCINAS MUNICIPAIS

Observou que a Câmara Municipal sempre teve vigilantes para fazerem o acompanhamento dos utilizadores das piscinas municipais, só que em determinada altura houve a imposição legal de ter nadadores-salvadores.

Acrescentou que há um problema a nível nacional, com a falta de nadadores-salvadores, para que possam preencher todos os horários de utilização das piscinas municipais, com a agravante de, no período do verão, com o início da concessão das praias, as empresas terem dificuldades acrescidas no recrutamento de nadadores-salvadores.

VEREADOR PAULO CARDOSO

1- AQUISIÇÃO DO PAVILHÃO DA ARCAS

Lembrou que o anterior presidente da direção da ARCAS, que na altura era dirigente do CHEGA, andou a pagar dívidas da anterior Direção, cuja presidente era Dora Coutinho, quem não salvaguardou os interesses da associação.

Recordou que a ARCAS não tinha CAE para a venda de bebidas, o que originou uma investigação tributária, com a aplicação de várias coimas, que foram solucionadas por quem herdou a Direção da associação.

Lembrou que o anterior presidente da Câmara Municipal, para tapar o valor em dívida à Autoridade Tributária e para salvaguardar os interesses pessoais da sua esposa, resolveu comprar o edifício, construído com o sacrifício dos seus fundadores, e manter o seu usufruto pela ARCAS.

Reiterou que o que o anterior presidente fez foi para salvaguardar os interesses pessoais da sua esposa.

O SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO disse que as afirmações do senhor vereador Paulo Cardoso não correspondem à verdade e explicitou que a prova disso mesmo está no processo de contraordenação das Finanças sobre a ARCAS.

Lembrou que a ARCAS foi criada com um objetivo particular, que era poder ganhar o emissor de rádio que estava disponível para o município de Benavente, para a implantação da Rádio Iris.

Informou que os seus Estatutos, de acordo com a interpretação dos inspetores das Finanças, não habilitavam a ARCAS, sequer a organizar outros eventos, nomeadamente, as Festas de Samora Correia.

Acrescentou que, então, aconselhou a ARCAS a consultar um advogado fiscalista, porque crê que o processo de contraordenação podia ter sido contestado e que fosse dada razão à ARCAS.

Desconhece se a ARCAS consultou algum advogado, tendo assumido a dívida e a negociação do pagamento em prestações, não necessitando do dinheiro da Câmara Municipal para resolver o problema.

Recordou que, à data, foi solicitado aconselhamento à então, assessoria jurídica externa do município e foi respondido que pelo facto de já existir acordo entre as Finanças e a ARCAS, nada havia a fazer, mas se surgissem ações de fiscalização idênticas, relativamente a outros anos de organização das festas de Samora Correia, a contestação tinha tudo para ser bem-sucedida, porque do ponto de vista jurídico, a interpretação jurídica das Finanças era frágil.

Comentou que, caso existam dúvidas, que seja solicitado à ARCAS, uma cópia do processo de contraordenação.

O SENHOR VEREADOR FREDERICO ANTUNES disse que o senhor vereador Hélio Justino é um comunista accidental, não é um comunista absoluto, o que significa que a posição em que está hoje, em parte, até é injusta, porque tem de pagar as contas todas de muita gente, no que não foi diretamente responsável. Observou que comprar ou tomar as dores dos outros, não faz muito sentido.

Referiu que, quando as pessoas se expõem politicamente, os cônjuges devem ter algum zelo, reserva e privacidade, especialmente na qualidade de presidente da Câmara Municipal.

Afirmou que não tem nada contra a senhora Teodora Coutinho continuar a ser autarca. Disse que só prova um determinado nível de nepotismo e de compadrio que existia na Câmara Municipal, porque, quando se exercem cargos públicos deve haver alguma idoneidade.

Acrescentou que o mais grave é que depois do senhor presidente Coutinho quem deu o seu serviço público e quem seguiu o seu caminho, vem a ex-primeira dama atacar os autarcas eleitos pelo povo, por coisas que foi o marido que fez.

Clarificou que o lixo que era colocado no aterro da Coutada Velha, era real, óleo de carro, bidons de combustível, etc, era toda a porcária do concelho que se despejava naquele local.

Percebe e respeita que o senhor vereador Hélio Justino se queira proteger legalmente, mas, quando se analisa um problema, temos de ser justos, e o que vê é alguma falta de sentido de justiça.

Referiu que as pessoas têm todo o direito de se manifestar, mas que o façam com sensatez, com bom senso, que se façam os filmes das coisas que realmente se justifica ser um filme, e não apenas e só daquilo que parte de uma mentira, que dita mil vezes se torna uma verdade na boca do povo.

Reiterou que o que se passava no aterro da Coutada Velha é crime ambiental que, à partida, por generosidade, benevolência e até alguma misericórdia do atual Executivo, provavelmente, vão passar ilesos, os anteriores responsáveis políticos no concelho.

Expressou que a função do Executivo é governar e fazer melhor, dentro do possível, não se pode é prometer os impossíveis, porque fazer demagogia política única e exclusivamente para ficar bem na fotografia e ter *likes* é o que prefere não o fazer.

Comentou que teve os relatórios e contas da ARCAS, dos últimos seis ou sete anos, e num dos debates da campanha autárquica deu-os ao senhor vereador Hélio Justino.

Disse que não precisa de pedir pareceres à Autoridade Tributária porque sabe ler relatórios e contas, sabe se as contas batem certas, ou não.

Comentou que a história da ARCAS é só para que as pessoas tenham vergonha quando vão para a rua atacar os outros, porque quando se têm telhados de vidro graves, não vale a pena fazer-se passar pelo bom samaritano da história.

Lembrou que a CDU, ao longo dos anos, geriu e governou a Câmara Municipal, em grande parte, uns fazendo o melhor que sabiam, e outros, fazendo o melhor que sabiam, conseguindo corresponder a determinados interesses que tinham.

Disse que, agora, não devem esses mesmos perturbem o trabalho de quem está a tentar trabalhar, e quando o façam que seja com uma oposição construtiva, e, quando quiserem pôr alguém a falar na Junta de Freguesia de Samora Correia, que é cidade, que não seja a ex-primeira dama, porque têm os outros membros da Assembleia de Freguesia, que protestem na Assembleia Municipal, porque a ex-primeira dama é uma figura única, de honra, de verdade e de respeito público.

Reiterou que não pode ser a senhora Teodora Coutinho a tomar as dores em defesa do anterior presidente da Câmara Municipal, seu marido.

O SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO lembrou que falou sobre uma questão fiscal e não de contas da ARCAS, mas os relatórios que o senhor vereador Frederico Antunes referiu, nada têm que ver com a direção da Teodora Coutinho, na ARCAS.

Disse que é um comunista accidental ou aquilo que o senhor vereador Frederico Antunes quiser chamar-lhe.

Referiu que sabe quem é e sabe o percurso de vinte e quatro anos que fez no exercício de exclusivo e permanência a tempo inteiro, em cargos públicos.

Clarificou que sempre mostrou honestidade e ética nos cargos públicos que ocupou e, por essa razão, sempre teve o respeito das pessoas, que é o mais importante na política. Afirmou que nunca foi mentiroso, sempre foi pela verdade, sempre assumiu o que teve de assumir, independentemente daquilo que era bom, ou mau, essa sempre foi a sua postura.

Considerou que os senhores vereadores do CHEGA têm sido muito injustos nos ataques que fazem,

Lembrou que o anterior Executivo cessou funções no dia 3 de novembro de 2025, e no período do Natal e Ano Novo, foi feita uma grande ação de recolha de monos no município de Benavente, e questionou onde o atual Executivo em permanência os depositou.

Frisou que algumas das fotografias que foram já mostradas em reuniões plenárias da Câmara Municipal, não teve a ver com a gestão da CDU, porque a ação foi feita no período natalício.

Explicitou que não se manifestou na altura em que as fotografias foram mostradas, porque sabe como é estar do lado de quem gere.

Referiu que os eleitores escolheram um novo Executivo, porque o anterior já não estava a dar resposta aos problemas do município, porque se estivesse tudo bem feito, o concelho continuava com gestão da CDU.

Expressou que o novo Executivo tem de trabalhar e encontrar as soluções, porque é essa a expectativa que os munícipes têm.

Mostrou-se sempre disponível para trabalhar em conjunto na resolução dos problemas do município.

Quanto ao Plano Municipal de Mobilidade referido, foi preparado pela gestão da CDU.

O SENHOR VEREADOR PAULO CARDOSO disse que, juntamente com o senhor vereador Frederico Antunes, durante a campanha eleitoral para as autarquias locais, estiveram no aterro da Coutada Velha, em setembro, e já estava cheio de lixo e nunca utilizaram o assunto para campanha eleitoral difamatória, podiam tê-lo feito, mas não o fizeram.

Na sequência das intervenções dos senhores vereadores, o **SENHOR VICE-PRESIDENTE** teceu as seguintes considerações:

1- POÇO DO CALVÁRIO, EM BENAVENTE

Informou que a verba de doze mil euros disponível para a conclusão da obra do Poço do Calvário, em Benavente, contempla a cobertura do mesmo, uma pérgula, a vedação e a colocação de um bando de jardim.

2- INSTALAÇÃO DE ROULOTE

Confirmou que existe um pedido de reunião por parte do proprietário da roulotte que estava no parque de estacionamento do supermercado Auchan, em Benavente, para aferir qual o melhor local para a colocação do mesmo.

3- REQUALIFICAÇÃO DAS ZONAS RIBEIRINHAS DE BENAVENTE E DE SAMORA CORREIA

Disse que o senhor vereador Frederico Antunes já prestou os devidos esclarecimentos, quanto às requalificações das zonas ribeirinhas de Benavente e de Samora Correia, afetadas durante as intempéries.

4- REQUALIFICAÇÃO DA COBERTURA DA ADCRA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, CULTURA E RECREIO DOS ARADOS

Informou que o valor destinado à execução da obra da cobertura da ADCRA consta na proposta da 2.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026, ponto que foi retirado da ordem do dia.

Explicitou que é necessário haver saldo na rubrica e teve a oportunidade de transmitir ao empreiteiro que a requisição já foi emitida, para que a obra tenha início.

5- REQUALIFICAÇÃO DA EN 118

Esclareceu que desde o início do mandato, o Executivo já reuniu com a IP-Infraestruturas de Portugal, dando conta da necessidade de beneficiação e requalificação da EN 119.

Acrescentou que o senhor presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, também, está empenhado na resolução da situação, bem como na alternativa à circulação do trânsito de veículos pesados, em Samora Correia.

6- PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES

Clarificou que o atual Executivo nos procedimentos referentes aos pedidos de cedência de autocarros adota a norma da resposta ser dada até 15 dias antes da realização dos eventos.

Quanto à emissão da licença especial de ruído, explicou que os horários dos ensaios do Rancho Saia Rodada propostos pela Associação, podem prolongar-se para além do que é permitido por Lei e, assim, a pretensão está em análise jurídica.

7- FALTA DE NADADOR-SALVADOR NAS PISCINAS MUNICIPAIS

Transmitiu que existe uma grande dificuldade em recrutar nadadores-salvadores para as piscinas municipais. Deu nota que está a decorrer um concurso para a prestação de serviços de nadador-salvador para as piscinas municipais.

8- APOIO ÀS COOPERAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO

Informou que ainda no decorrer da semana será pago a devida compensação às duas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do município.

9- RECOLHA DE LIXO E MONOS

Referiu que não é em cinco meses de gestão do novo Executivo que se consegue resolver esta situação.

Transmitiu que estão a ser preparadas ações de sensibilização, foram reforçadas as equipas de trabalho, tendo em vista o aumento da capacidade de resposta por parte dos serviços.

Lembrou que a Câmara Municipal já concorreu aos financiamentos disponibilizados pelo Fundo Ambiental para a aquisição de duas viaturas de recolha do lixo.

Observou que se os munícipes não respeitam a colocação dos monos junto aos contentores do lixo, torna-se mais difícil a tarefa da Câmara Municipal.

Reconhece que é uma tarefa árdua, mas a herança do anterior Executivo, também, não foi a melhor.

VEREADOR PEDRO GAMEIRO

1- REQUALIFICAÇÃO DA EN 118

Disse que a questão por si levantada não respeita ao Plano Municipal de Mobilidade, mas sim à necessidade urgente do desvio do trânsito de veículos pesados dentro de Samora Correia.

Perguntou quais as diligências que a Câmara Municipal tem feito junto da IP para a reparação e a beneficiação do piso degradado da EN 118, nomeadamente, no troço da Av. O Século, em Samora Correia.

2- PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES

Disse que não lhe parece sensato que, com as atividades que o Rancho Saia Rodada tem, a resposta aos seus pedidos seja dada apenas com quinze dias de antecedência porque, caso não seja possível ceder o transporte, é mais difícil para a direção do Rancho resolver a situação.

Comentou que o novo Executivo parece gostar de alterar os procedimentos dos serviços, nos casos em que os mesmos já eram eficientes, em prejuízo do conjunto das associações e coletividades do concelho.

3- FALTA DE NADADOR-SALVADOR NAS PISCINAS MUNICIPAIS

Referiu que, apesar dos esclarecimentos prestados pelo senhor vereador Hélio Justino, embora haja vigilantes nas piscinas municipais, a Lei obriga a ter nadadores-salvadores, para garantir a segurança dos utilizadores das piscinas.

4- RECOLHA DE LIXO E MONOS

Transmitiu que em agosto último, durante a campanha eleitoral para as autarquias locais, esteve presente no aterro da Coutada Velha, em Benavente, e não viu o local como está hoje.

Recordou que há um ano, para a AD, o lixo era um problema da Câmara Municipal, agora afirma que o cerne da situação é a falta de civismo das pessoas.

Concordou que a tarefa não é de fácil resolução, mas fica mal ao Executivo estar sempre a culpar os outros.

SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO

1- PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES

Explicitou que em algumas situações não é possível dar as respostas em cima da hora, e uma das questões que referiu, um dos exemplos que deu, é o dos ranchos folclóricos assumirem compromissos de participação em festivais em diversas zonas do país, em que precisam de ter a garantia de cedência do autocarro mais cedo, para poderem confirmar a sua presença quando os convites surgem.

Acrescentou que naquelas situações, a Câmara Municipal, excepcionalmente, para que os ranchos folclóricos ou outras associações pudessem confirmar a sua participação, a resposta era mais imediata.

O SENHOR VEREADOR FREDERICO ANTUNES disse que a Câmara Municipal tem três autocarros, dos quais um não passa dos 30 km hora.

Frisou que há um protocolo de prioridades para a cedência dos autocarros: em primeiro lugar, estão as escolas e as crianças, em segundo lugar, as associações de relevo municipal, e, em terceiro lugar, os particulares que solicitam a cedência de transporte.

Comentou que o processo de reserva de transportes, tem de passar a ser feito numa plataforma digital, não pode mais ser um processo manual.

Referiu que existe uma procura muito superior à capacidade de oferta da Câmara Municipal, porque existem muitas mais necessidades que o concelho tem do que aquelas que consegue corresponder, o que leva a que a Câmara Municipal tenha que procurar uma solução e esta, na sua opinião, é uma de duas: ou se põe o terceiro autocarro em funcionamento ou terá que pensar em adquirir um novo.

Crê que a questão da aquisição de um terceiro autocarro, cada vez faz mais sentido, da mesma forma que colocar em funcionamento o autocarro avariado, também faz sentido, porque se este for reparado, mesmo não podendo transportar crianças, pode transportar equipas desportivas de séniores, dado serem todos maiores de idade.

Acrescentou que, com o autocarro avariado a ser colocado em funcionamento, pode desbloquearem-se os restantes autocarros que transportam crianças, para poder servir melhor as associações, esta é uma medida mais imediata que está a ser trabalhada.

Lembrou que o protocolo de utilização dos transportes municipais por parte das associações e instituições do concelho, data de 19-03-1982, e precisa, objetivamente de ser revisto, porque, quando se fala em contratar serviços extraordinário à Ribatejana, para satisfazer os pedidos de A, B ou C, isso tem um custo para os munícipes muito próximo de meio milhão de euros por ano.

Acrescentou que, quando se pensa neste modelo de gestão financeira e na alternativa de investir num novo autocarro, ficando a Câmara Municipal com quatro autocarros, parece ser esse o caminho a seguir.

Transmitiu que a Câmara Municipal vai tentar pôr o autocarro avariado em funcionamento, para o transporte de adultos, salvaguardando as atividades das associações e poder, assim, corresponder o melhor possível aos respetivos pedidos.

Garantiu que não serão priorizados os pedidos de associações externas ao município ou de associações sem grande relevância do ponto de vista cultural ou recreativo, onde os ranchos folclóricos não estão incluídos, em prejuízo dos pedidos das associações do município que promovem o concelho e que levam a Cultura mais além.

01 - CÂMARA MUNICIPAL/PRESIDÊNCIA-VEREAÇÃO

01.01- Gabinete de Apoio ao presidente e vereadores

Ponto 1 – PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES DOS MUNÍCIPES

MARIA DE GUADALUPE

1- LIMPEZA DE RUAS E RECOLHA DE MONOS

Deu nota de falta de limpeza e da deficiente recolha de lixos e monos no Bairro 1.º de Maio, no Porto Alto.

2- ETAR DESATIVADA

Referiu que a ETAR sita na Rua do Campino, Bairro 1.º de Maio, no Porto Alto, que está desativada, está a ser alvo de furtos, de contador da água, alumínio e da instalação elétrica, e que o local serve para abrigar toxicodependentes.

Sugeriu que as instalações fossem cedidas a uma Associação, para evitar que o local seja mau frequentado.

3- CORTE DE CANAS

Solicitou que os serviços da Câmara Municipal, procedam ao corte das canas na zona do Sapal Entre Águas

4- TAMPA DE COLETOR SOLTA

Informou que existe na estrada, junto ao Bairro 1.º de Maio, no Porto Alto, uma tampa de coletor solta, o que pode provocar algum acidente.

5- DESCARGA DE RESÍDUOS

Informou que a empresa AR-Águas do Ribatejo, EIM, SA está a efetuar descargas de resíduos da ETAR sita no Bairro 1.º de Maio, no Porto Alto.

6- COLOCAÇÃO DE LOMBAS

Solicitou que a Câmara Municipal coloque lombas na Rua 1.º de Maio, no Porto Alto, para minimizar as velocidades excessivas que os automobilistas adotam na travessia do local.

7- APLICAÇÃO DE PESTICIDAS

Perguntou se a Câmara Municipal aplicou algum pesticida nas sargetas, porque apareceram muitos gatos mortos.

JOÃO MATOS

1- FALTA DE HABITAÇÃO NO CONCELHO

Disse que é militante do maior partido português, no qual espera que todos militem, o partido dos pagadores de impostos.

Referiu que é unânime que o concelho precisa de habitação para arrendamento a custos controlados, habitação para venda e de lotes de terreno para construção a preços justos, pois a procura é muito significativa.

Observou que a própria Câmara Municipal pretende construir em algumas freguesias, habitações para arrendar.

Lembrou que a habitação e a construção são das maiores fontes de receita da Câmara Municipal, com o pagamento de impostos e licenças.

Comentou que, se a Câmara Municipal tentar resolver o problema da falta de habitação no concelho só com a construção de habitação social ou de habitação para arrendar a custos controlados, financeiramente, vai ser muito mau para os cofres da autarquia, porque vão ser feitos avultados investimentos, que podem ou não beneficiar de Fundos Europeus, e, eventualmente, irão ser necessários empréstimos bancários, sobre os quais se vão pagar juro, e o retorno que a Câmara Municipal terá é, unicamente, o valor das rendas, quando são pagas.

Recordou que no final dos anos 80 do século passado, o senhor presidente da Câmara Municipal da altura, professor António José Ganhão, promoveu na Barrosa, e noutras freguesias do concelho, loteamentos municipais, cujos lotes foram vendidos em hastas públicas realizadas pela Câmara, o que foi um sucesso.

Observou que um dos requisitos dos regulamentos dos loteamentos, explicitados nessas hastas públicas, era a obrigatoriedade de começar a construção até dois anos após a data da celebração escritura de compra do terreno.

Mas como para tudo na vida, há sempre os filhos, os enteados e aqueles que foram ameaçados de o terreno reverter a favor da Câmara Municipal, porque se estava a aproximar o final do prazo dos dois anos e ainda não tinha começado a construção.

Afirmou que há proprietários de lotes que, passados cerca de trinta anos, ainda não “plantaram” um único tijolo no lote de terreno que compraram.

Deu o exemplo da urbanização do Vale Bispo, na Barrosa, em que existem alguns lotes onde ainda nada foi construído. Possivelmente, no concelho, existem mais lotes nas mesmas condições.

Propôs que seja feito um levantamento desses lotes em todo o concelho, para que a Câmara Municipal, faça de vez cumprir a condição originariamente imposta, a de que os lotes revertem a favor da Câmara, em caso de incumprimento, com reversão à posse municipal para posterior alienação, em hasta pública.

Sugeriu que, preferencialmente, os lotes disponíveis fossem disponibilizados a residentes de cada uma das freguesias, e caso fiquem alguns disponíveis, devem ser

“leiloados” por residentes no concelho, e por último, o “leilão”, deve ser aberto a qualquer cidadão.

Perguntou quantos milhares de euros deixaram de entrar nos cofres da Câmara Municipal ao longo dos anos, por nada ter sido construído nestes lotes de terreno, porque é muito significativa a diferença entre o IMI que se paga de um lote de terreno, e o que se paga de um lote com construção, tendo em conta que, quanto maior for a volumetria dessa construção, mais se paga.

Frisou que toda esta situação foi por incúria, desleixo, ou falta de competência, de quem governou o concelho, porque, quando chove dentro dos pavilhões, das piscinas, das escolas e estradas estão esburacadas, a resposta que se ouve é que não havia dinheiro. Mencionou que talvez seja o momento indicado de a Câmara Municipal promover, em todo o concelho, novos loteamentos municipais, por diversos motivos, o aeroporto vai ser construído no município, o aumento do custo dos lotes para construção, o aumento do custo das casas construídas pelos industriais da construção e do preço de venda de casas usadas e porque é preciso que os “filhos do concelho” possam continuar a viver na terra que os viu nascer, e não tenham de migrar para outros concelhos.

Recordou os *timings* do último processo de loteamento na Barrosa; em 09/01/1989, aprovação pela Assembleia Municipal da constituição de 30 lotes, e, em 18/09/1998, venda em “leilão” dos lotes da segunda fase do loteamento. Transmitiu que, entre aquelas datas, foram feitas as infraestruturas, vendidos os lotes da primeira fase e construídas algumas casas.

Disse que esta sugestão foi feita ao último líder do anterior regime e a resposta que teve na altura foi: que a Câmara não vai gastar dinheiro nisso, devem ser os industriais de construção a fazê-lo. Passados alguns anos, espero que a resposta não seja a mesma. Referiu que, entre a aprovação da constituição do loteamento e a venda dos lotes da segunda fase, passaram cerca de dez anos.

Comentou que a habitação particular é fundamental para ajudar a manter o equilíbrio financeiro do concelho, com as receitas provenientes das taxas, dos impostos sobre as vendas e o IMI.

Lembrou uma proposta que deu entrada na Assembleia da República, há alguns anos, pela mão de um partido político, daqueles que não fazem falta nenhuma ao país, cuja intenção era agravar o valor do IMI, consoante a maior ou menor exposição solar das habitações.

Questionou qual é o valor total de rendas em atraso, das casas arrendadas pela Câmara Municipal.

Enquanto militante do tal partido dos pagadores de impostos, preocupa-o o facto de como, por vezes, é gerido o dinheiro que tanto custa a pagar.

MARIA ADELAIDE BATISTA

1- 61ª EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ARTE DA BIENAL DE VENEZA

Associou-se às felicitações endereçadas à Ilda David, pela sua presença na 61.ª Exposição Internacional de Arte Bienal de Veneza.

2- COMEMORAÇÕES DOS FORAIS DE BENAVENTE E SAMORA CORREIA

Assinalou as festividades dos Forais de Benavente e de Samora Correia.

3- FUNCIONAMENTO DO SAP (SERVIÇO DE ATENDIMENTO PERMANENTE), DE BENAVENTE

Deu nota do mau funcionamento do SAP de Benavente, embora não seja da responsabilidade direta da Câmara Municipal, é uma preocupação de todos, porque está cativo da Saúde 24.

Lembrou que para se recorrer ao SAP é preciso ligar para a linha Saúde 24, há uma demora inaceitável nesta resposta e, muitas vezes, os utentes são encaminhados para o hospital de referência, tendo que aguardar pela marcação de uma consulta de seguimento que nunca acontece antes de 15 dias passarem.

Deu o exemplo de uma pessoa que estava com insuficiência respiratória aguda e foi-lhe marcada uma consulta para o dia seguinte.

Comentou que o gráfico exposto à entrada do Centro de Saúde, refere-se apenas à equipa de enfermagem na comunidade e ao seu serviço e não ao funcionamento médico.

Comentou, mais, que ainda está a decorrer um abaixo-assinado contra o encerramento das urgências, melhoria dos serviços públicos e falta de médicos de família, convidando todos a subscrevê-lo.

4- INSTALAÇÃO DE ELEVADOR DA UNIVERSIDADE SÉNIOR

Comunicou que o elevador da Universidade Sénior ainda não está instalado, não permitindo que as aulas decorram normalmente.

Realçou que a Junta de Freguesia de Benavente, disponibilizou a sala de formação, mas que é insuficiente.

5- CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE BENAVENTE

Referiu que o vereador José Manuel Azevedo, foi uma pessoa muito preocupado com o canil municipal, quem desenvolveu atividades para a adoção de cães adultos e a Feira de Adoção.

Observou que o canil está cheio porque há muitos animais errantes.

6- EMPRESA INTERMUNICIPAL DE TRANSPORTES

Questionou se há novidades em relação à empresa intermunicipal de transportes.

Sugeri que os autocarros da empresa intermunicipal a entrar em atividade tenham em conta a falta de mobilidade de algumas pessoas, bem como seja implementado o desconto para pessoas com idade superior a 65 anos.

7- SUBSTITUIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

Observou que já foram substituídos ou reparados alguns abrigos de passageiros, faltando substituir um que não tem cobertura.

Mencionou que, também, falta a fixação dos horários dos autocarros nas paragens.

8- PROJETO PRO-RIOS

Recordou que, não obstante agora o município beneficiar do apoio financeiro do Fundo Ambiental, no montante de 400.00,00 euros, anteriormente, a senhora Ministra do Ambiente esqueceu-se do rio Sorraia.

Questionou se o município de Benavente apresentou candidatura ao Projeto Pro-Rios, que decorre até ao dia 17 de maio, destinado à obtenção de apoios para intervenções nas margens dos rios, para combater as plantas invasoras.

Perguntou se nas intervenções que vão ter lugar, está prevista a ligação da Zona Ribeirinha de Benavente, à pista de pesca.

9- NINHOS DE VESPAS ASIÁTICAS

Questionou qual o número verde para denunciar a existência de ninhos de vespa asiática.

10- RECOLHA DE LIXO E MONOS

Recordou que o Executivo quando era oposição, fazia acusações e colocava questões, sendo as respostas idênticas.

Comentou que os aterros, a nível nacional, estão superlotados e os municípios ainda não estão sensibilizados para fazerem recolha seletiva.

11- ABRIGOS PARA GATÍDEOS

Sugeri que fossem colocados na via pública, abrigos para gatídeos, para que as pessoas lhes possam dar de comer em local próprio.

12- COLOCAÇÃO DE PASSADEIRA

Solicitou que fosse colocada uma passadeira na Ladeia dos Carrascos, em Benavente, para segurança dos peões na travessia da estrada.

13- REPARAÇÃO DE SEMÁFORO

Informou que o semáforo junto ao supermercado Auchan, em Benavente, continua avariado. Disse que é preferível retirar o mesmo e colocar uma passadeira.

14- DISPONIBILIZAÇÃO DE MINIBUS

Perguntou se a Câmara Municipal tem intenção de colocar um minibus ao serviço dos municípios de todas as freguesias, para servir o projeto do *Transporte a Pedido*.

15- SUBSTITUIÇÃO DE SINALÉTICA VERTICAL DE TRÂNSITO

Mencionou que foi colocada nova sinalética vertical de trânsito em diversos locais, mas não foram retirados os sinais mais antigos.

16- CARRO ABANDONADO

Deu nota de um carro abandonado e danificado, há muitos meses, na Rua D^a Maria Luísa de Azevedo Borralho, em Benavente.

GASPAR LOURENÇO

1- REUNIÕES PÚBLICAS

Propôs que nas reuniões públicas da Câmara Municipal seja dada prioridade às intervenções dos municípios, que se deslocam e perdem o seu tempo para participar cívica e ativamente na vida ativa do concelho.

Admite a exposição que as reuniões públicas têm em termos políticos para todas as forças políticas, mas crê que é importante dar a palavra, em primeiro lugar, aos municípios, para não estarem muito tempo à espera para intervirem, como no caso de hoje.

2- PRIMEIRA REUNIÃO PÚBLICA NO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO

Explicitou que a primeira reunião pública feita no edifício dos Paços do Município, foi no dia 03/01/1876, há precisamente, 150 anos.

Lamentou não haver nenhuma evocação histórica deste evento, nem sequer qualquer

evocação nas redes sociais do município, nem mesmo em nenhuma sessão solene da Câmara Municipal.

Considerou existirem falhas inadmissíveis neste tipo de comunicação institucional do município.

Lembrou que o edifício dos Paços do Município foi um centro cívico do século passado, foi construído de raiz para o efeito, em 1875, no local onde anteriormente se situavam os Paços do Concelho e nele passaram a funcionar a Câmara Municipal e os seus serviços, o Tribunal, a Tesouraria da Fazenda Pública, a Prisão, o Notário e o Registo Civil.

Acrescentou que, por este edifício, passaram muitas famílias de funcionários públicos que se estabeleceram no concelho e constituíram as suas famílias nas nossas terras.

Referiu que a simbologia que o edifício tem para todos os munícipes, não tenha sido evocada.

Lembrou que, desde o século XV, houve benaventenses que estudaram e publicaram a história dos edifícios do concelho.

Referiu que em 1950, no Centro de Estudos Benaventinos, o professor Alfredo Bethâmio de Almeida, publicou um livro sobre “As Casas da Câmara”.

Mencionou que tinha sido uma boa oportunidade para prestar homenagem ao professor Alfredo Bethâmio de Almeida, pelo legado que deixou e a todos os que contribuíram para o livro.

Recordou que, no dia 6 de janeiro de 2026, fez cem anos sobre a publicação do livro “Benavente Estudo Histórico-Descritivo”, da autoria do professor Álvaro Rodrigues d’Azevedo, obra continuada e editada por Ruy D’Azevedo.

Afirmou que são duas datas de grande simbologia, para que a Câmara Municipal não as tenha celebrado, porque teve a oportunidade de as referir na sessão da Assembleia Municipal e em anterior reunião do Executivo, não devendo essas datas cair no esquecimento.

Lembrou que, em outubro do ano passado, no cineteatro de Benavente, foi feita uma homenagem ao professor Ruy D’Azevedo, que contou com a presença de toda a sua família, na qual foi oferecida ao município, um original do manuscrito feito pelo professor Álvaro Rodrigues d’Azevedo, complementado pelo professor Ruy D’Azevedo, sendo uma forma interessante de evocar e agradecer às famílias o património que ofereceram a Benavente

Felicitou a Junta de Freguesia de Benavente, pelo excelente trabalho de divulgação da história.

3- DEGRADAÇÃO DA TORRE DO RELÓGIO

Mencionou que a Torre do Relógio do edifício dos Paços do Concelho está a apodrece e tem patologias de ferrugem que são muito difíceis de colmatar.

Lembrou que, em junho do ano passado, foi-lhe transmitido que tinha sido aprovada uma verba para a conservação e manutenção de alguns edifícios públicos.

Observou que a Torre do Relógio foi construída após o Terramoto de 1909, sendo um dos elementos de arquitetura mais inovadores do século passado que existe no concelho, sendo até muito difícil encontrar um elemento daqueles a nível nacional, e o que é estranho é deixar chegar ao estado em que está.

Perguntou se chove lá dentro e se foi feito algum levantamento do existente e quando é que respeitamos o nosso património e tomamos conta dele, porque os seus sinos estão a apodrecer, existem muitas cordas penduradas e antenas que, provavelmente, já estão desativadas e deviam ser removidas.

4- RESTAURO DE QUADRO EXISTENTE NA SALA DE REUNIÕES

Observou que a pintura que está na sala de reuniões da Câmara Municipal, sobre a mesa onde estão sentado o vice-presidente, foi pintada pelo pintor Átila, que viveu em

Benavente, tendo deixado um património artístico notável.

Lembrou que a pintura representa o Brazão de Benavente, tendo sido feita uma cópia pintada em azulejo, colocada estrategicamente num dos sítios mais emblemáticos da vila, no “Muro do Arrabalde”, de relevância histórica local inestimável.

Disse que, no dia 27-03-2023, teve o cuidado de identificar uma degradação no painel, havendo uma intervenção do, então, vereador José Manuel Azevedo e da equipa do Património e de Recuperação da Câmara Municipal, não tendo sido conseguido restituir o vidro.

Crê que qualquer intervenção que seja feita, passará pela retirada do painel de azulejo, restaurá-lo e tornar a colocá-lo.

Sugeri que fosse feita uma pronta intervenção e que se apostasse no restauro do painel numa forma mais técnica.

5- ESTRATÉGIA DO CONCELHO PARA O TURISMO

Disse que visitou o *stand* da Câmara Municipal na última edição da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e ficou muito curioso de ver o senhor vereador Frederico Antunes tão empolgado com a dinâmica que quer dar ao turismo no concelho.

Referiu que, para receber alguém, temos de cuidar em primeiro lugar da nossa casa, porque ninguém leva visitas a casa se a mesma não estiver arrumada.

Comentou que ficou preocupado com a intervenção do senhor vereador Frederico Antunes, quando refere que é fundamental fazer um levantamento económico, um levantamento de oferta hoteleira e de alojamento local, mas não ouviu falar do que é preciso fazer para recebermos bem.

Solicitou que seja criado o ponto zero, que é fazer um levantamento exaustivo do que há para fazer no município, para que seja interessante as pessoas virem visitar o concelho.

Frisou que o concelho tem potencial, tem beleza natural, a Companhia das Lezírias, património religioso, nomeadamente, a igreja da Misericórdia de Benavente e a igreja de Samora Correia, mas depois não há espaços verdes, os jardins não estão cuidados, os centros históricos estão vazios, os restaurantes fecham por não terem clientes, não há estabelecimentos comerciais e as pessoas não saem à rua porque não é interessante.

Disse que ninguém vem de Lisboa para visitar um local que não tenha interesse e que as pessoas não tenham uma mentalidade recetiva.

Expressou que era ótimo estar ao nível dos nossos vizinhos alentejanos, ter os espaços cuidados, uma mentalidade aberta, divulgação da Gastronomia e da Cultura.

Reiterou que, na estratégia turística, é essencial partir do ponto zero, fazer um levantamento exaustivo do que é preciso fazer para tornar o concelho apelativo.

Sugeri que fossem feitas ações de sensibilização e de publicidade ao golfe ou às provas de hipismo que são feitas no concelho, por exemplo.

6- PLANTAÇÃO DE ÁRVORES

Afirmou que, durante quase cinco anos enviou emails, a solicitar que fossem plantadas árvores no Parque 25 de Abril, em Benavente.

Lembrou que a última pessoa que mandou plantar árvores no Parque 25 de Abril, foi o senhor vereador Domingos Santos.

Frisou que em junho do ano passado, numa reunião pública do Executivo solicitou que fossem replantadas árvores no Parque 25 de Abril, em substituição das que tinham morrido.

Acrescentou que, em setembro último, tornou a enviar um email a solicitar a mesma situação, tendo sido dada a resposta pelo Gabinete de Apoio à Presidência, que as árvores não seriam plantadas de imediato, para não ser considerado um ato eleitoralista. Perguntou se plantar uma árvore num parque, que é o parque mais emblemático da vila,

é considerado um ato eleitoralista.

Referiu que é uma vergonha para todos, sobretudo, depois da decapitação do património das árvores no concelho, que passados cinco anos sobre a requalificação da zona história de Benavente, mais, propriamente, na Praça do Município, que as árvores plantadas ainda não tenham copa, não estão a desenvolver, para além de faltar plantar três árvores.

Lembrou que é a Praça do Município de Benavente, e como é que pode receber visitas se falta plantar árvores há quase um ano.

Referiu que desde o percurso da Urbanização da Quinta de São José, em Benavente, até ao Largo de Santo André, falta plantar cerca de 44 árvores.

Afirmou que se não houver manutenção às árvores, ao crescerem rebentam com os totens.

Observou como é que o concelho de Benavente, que quer ser um município da frente, que tem o desafio da construção do novo aeroporto, deixa chegar a má gestão das árvores, o que é o usufruto de quem vive no concelho, que dá qualidade de vida e um espaço público ao nível das pessoas, a este grau de deterioração.

Perguntou se existe nos quadros da Câmara Municipal um arquiteto paisagista, que faça o levantamento e que acompanhe as campanhas de manutenção das árvores.

Questionou ainda se o Executivo tem a consciência da importância para um concelho como o de Benavente, de ter um técnico e uma equipa focados só na manutenção e gestão dos espaços verdes e das árvores.

7- RECUPERAÇÃO E LIMPEZA DA ZONA RIBEIRINHA DE BENAVENTE

Deu nota que a Zona Ribeirinha de Benavente está degradada, não tem manutenção e é urgente elaborar um plano de ação e de intervenção para o local.

Disse que prefere ter um espaço urbano bem cuidado do que ter uns terrenos para construir um complexo aquático daqui a cem anos, prefere passear nas zonas ribeirinhas do concelho, sentir-se tranquilo, para dar valor ao património natural.

Alertou que o espaço de lazer da Vala Nova, também, está degradado e descuidado e o parque de merendas não é utilizado.

Referiu que não vale a pena investir no Turismo, fazer brochuras muito bonitas e estar presente na BTL, se não há capacidade para ter os espaços de lazer cuidados.

8- JOGOS DE ÁGUA

Observou que os jogos de água no concelho, principalmente, em Benavente, há muito tempo que não funcionam.

Comentou que a estratégia de investimento no espaço público tem de ser objetiva e apostar a sério, porque se está a desperdiçar dinheiros públicos e nada funciona.

9- 61ª EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ARTE DA BIENAL DE VENEZA

Mostrou-se muito orgulhoso por Ilda David ter sido escolhida pelo Vaticano para estar presente na 61.ª Exposição Internacional de Arte da Bienal de Veneza.

Frisou que a Ilda David não é muito conhecida em Benavente, nunca presenciou nenhuma exposição sua no concelho e não há nenhuma intervenção artística sua no município.

Evidenciou que o município de Benavente tem grandes ícones artísticos e culturais, a Ilda David, na pintura, o João Barradas, que é um dos melhores músicos do mundo, a Maria João Bastos, que é uma das melhores atrizes portuguesas.

CARLOS BORGES

1- PEDIDO DE CERTIDÃO DE CONSTRUÇÃO ANTERIOR AO RGEU

Recordou que já esteve presente em anterior reunião do Executivo para tentar resolver o pedido de certidão de construção anterior ao RGEU que fez ,há cerca de oito meses, para um prédio sito no Bairro Manuel Duarte, em Benavente.

Deu nota que o artigo do prédio inscrito nas Finanças é anterior a 1951.

Referiu que foi contactado pelos serviços de obras particulares, dando conta de que existe um processo para construção de oito moradias, que data de 1953, situada no Valverde, com frente para a Azinhaga, em Benavente.

Após análise detalhada ao processo constatou que o processo de 1953 não corresponde ao prédio que se pretende certificar, com frente para a EN 118.

Perguntou como é que é possível os serviços demorarem oito meses para encontrarem um processo que não corresponde à pretensão inicial.

Acrescentou que ficou marcada uma visita ao local, com a técnica que analisou a pretensão, com a chefe da Divisão de Obras Particulares e com o senhor vereador do pelouro, mas até ao momento, nada aconteceu.

Em resposta às intervenções dos munícipes, o **SENHOR VICE-PRESIDENTE** prestou os seguintes esclarecimentos:

Nesta altura da reunião, ausentou-se o senhor vereador Pedro Gameiro, passando a Câmara Municipal a funcionar com quatro elementos.

1- LIMPEZA DE RUAS E RECOLHA DE MONOS

Transmitiu que irá questionar a empresa AR-Águas do Ribatejo, EIM, SA, sobre a descarga de resíduos na ETAR sita no Bairro 1.º de Maio, no Porto Alto.

Disse que pode haver alguma falha na limpeza do Bairro 1.º de Maio, mas dizer que as equipas de limpeza não passam no local, também, não corresponde à verdade.

2- CORTE DE CANAS

Informou que os serviços já iniciaram a limpeza das vala e bermas.

3- TAMPA DE COLETOR SOLTA

Transmitiu que vai solicitar aos serviços para procederem à substituição da tampa do coletor.

4- APLICAÇÃO DE PESTICIDAS

Referiu que a Câmara Municipal não aplica pesticidas nas sarjetas.

5- FALTA DE HABITAÇÃO NO CONCELHO

Solicitou que o vereador com o pelouro da habitação, Frederico Antunes, esclareça o munícipe.

6- INSTALAÇÃO DE ELEVADOR DA UNIVERSIDADE SÉNIOR

Informou que a instalação de elevador no Centro Cultural de Benavente vai estar concluída na próxima semana.

7- SUBSTITUIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

Deu nota que, em conjunto com a CIMLT, foram identificados alguns abrigos que necessitam de ser substituídos, nomeadamente, os que não têm cobertura.

8- PROJETO PRO-RIOS

Transmitiu que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura ao Projeto Pro-Rios e já solicitou uma reunião de trabalho com a APA.

9- REPARAÇÃO DE SEMÁFORO

Informou que a Câmara Municipal já solicitou à empresa responsável que faça a ligação de ambos os semáforos, dado estarem em curto-circuito.

Nesta altura da reunião, apresentou-se o senhor vereador Pedro Gameiro, passando a Câmara Municipal a funcionar com cinco elementos.

10- EMPRESA INTERMUNICIPAL DE TRANSPORTES, DISPONIBILIZAÇÃO DE MINIBUS E CANIL DE BENAVENTE

Solicitou que o senhor vereador com os respetivos pelouros, Frederico Antunes, preste os devidos esclarecimentos.

11- CARRO ABANDONADO

Deu nota que vai solicitar aos serviços de fiscalização para fazer a identificação da viatura e tomar as devidas providencias.

12- NINHOS DE VESPAS ASIÁTICAS

Informou que o número da Linha Verde para denunciar a existência de ninhos de vespa asiática é o 800 106 000.

13- DEGRADAÇÃO DA TORRE DO RELÓGIO

Clarificou que a intervenção para a reparação da Torre do Relógio e da cobertura do edifício dos Paços do Município, já estão identificadas, estando prevista para breve.

14- RESTAURO DE QUADRO EXISTENTE NA SALA DE REUNIÕES

Referiu que a Câmara Municipal vai avaliar a intervenção para restauro do painel de azulejos do “Muro do Arrabalde”, em Benavente.

15- ESTRATÉGIA DO CONCELHO PARA O TURISMO

Recordou que o novo Executivo tomou posse há cinco meses e, independentemente do que pretende fazer, tem de haver uma estratégia para o concelho.

Comunicou que está a ser elaborado o novo Plano Estratégico do Turismo para o município de Benavente.

Acrescentou que foi contratado um gestor cultural para ajudar a melhorar os eventos no âmbito da cultura.

Concordou com as preocupações e com as sugestões manifestadas pelo munícipe Gaspar Lourenço.

16- PLANTAÇÃO DE ÁRVORES

Observou que a Câmara Municipal não tinha nos seus quadros um arquiteto paisagista, recentemente contratado, estando a fazer um levantamento dos locais onde é necessário plantar e substituir árvores.

Clarificou que, após a tomada de posse do atual Executivo, já foram plantadas muitas árvores, existe um projeto para que, em conjunto com a comunidade e com o setor empresarial, se realizem ações de plantação de mais árvores.

Acrescentou que está em curso a elaboração de um projeto para a criação de miniflorestas.

17- JOGOS DE ÁGUA

Transmitiu que as reparações dos jogos de água do concelho vão ser incluídas na estratégia do Turismo para o município.

18- TEMPORADA DA MÚSICA

Informou que o músico João Barradas vai estar presente na Temporada da Música.

19- PEDIDO DE CERTIDÃO DE CONSTRUÇÃO ANTERIOR AO RGEU

Explicitou que informação que recebeu do técnico que informou o pedido de certidão é que têm de ser legalizadas as construções ilegais da habitação.

Lembrou que a Fiscalização já efetuou uma visita ao local, já reuniu duas vezes com o munícipe Carlos Borges, mas não se pode ir contra a Lei.

Mostrou-se disponível para efetuar nova visita ao local e, se não concordar com o o resultado da mesma, deve elaborar uma exposição para ser analisada pelo Apoio Jurídico.

O MUNICÍPE CARLOS BORGES lembrou que na última reunião, a senhora arquiteta Inês Empis disse que ia marcar uma reunião, mas até hoje ainda não foi marcada.

Reiterou que nas Finanças, se o artigo correspondente ao prédio é anterior a 1951, é porque as construções foram erigidas e registadas antes daquela data.

Clarificou que o processo da construção da moradia que consta no arquivo do serviço de obras particulares não corresponde ao prédio para o qual foi requerida a certidão e corresponde à construção de moradias noutra local.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE sugeriu que seja efetuada nova visita ao local.

VEREADOR FREDERICO ANTUNES

1- DISPONIBILIZAÇÃO DE MINIBUS

Comentou que a aquisição de um autocarro elétrico e o benefício do financiamento, foram processos herdados do Executivo anterior.

Acrescentou que o autocarro ia chegar, mas não chegou, porque se esqueceram que um autocarro elétrico para andar, não anda a gasóleo, necessita de um carregador elétrico e teve de ser o novo Executivo a adquirir este equipamento.

Transmitiu que o autocarro elétrico vai chegar muito em breve, talvez nas próximas semanas e vai ser colocado à disposição dos munícipes para as rotas necessárias, servindo Samora Correia, Benavente e depois Santo Estevão, embora para as rotas mais longas do concelho, o autocarro elétrico não seja recomendável por causa da sua autonomia.

Acrescentou que a Torre do Relógio é a imagem institucional do município e o autocarro vai ter em grande destaque a Torre do Relógio, em conjunto com as heráldicas das

quatro freguesias do concelho, para patrocinar a unificação de se ter um minibus que circula por todo o território e que com o qual todos os munícipes se identifiquem.

2- REPARAÇÃO DA TORRE DO RELÓGIO

Comentou que há três semanas, numa reunião com a associação Refúgio Vital, num dia de calor, ao final de duas horas de reunião, numa das salas de reuniões do edifício dos Paços do Município, caiu uma carga de água em cima de duas pessoas da Associação.

Acrescentou que a cobertura do edifício está tão danificada que teve de ser protegida com lonas, que encheram de água e originou uma descarga para cima das pessoas.

Afirmou que a obra de reparação da cobertura do edifício já está cabimentada em orçamento, que inclui a Torre do Relógio, como símbolo do concelho de Benavente.

Observou que nos dias de chuva, chove sempre dentro do edifício, nos dias sem chuva, chove também por inerência das lonas que estão a proteger a Torre do Relógio e a cobertura do edifício.

3- CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS (CRO) DE BENAVENTE

Concordou que o senhor vereador José Manuel Azevedo tinha um cuidado grande com o canil de Benavente.

Recordou que o senhor vereador saiu antes do termo do último mandato, e desde essa altura, o canil ficou literalmente abandonado.

Clarificou que parte do trabalho que o Executivo está a fazer é recuperar o trabalho que o vereador fazia e ir mais além.

Afirmou que são muito poucos os concelhos do país que têm presidente e vereadores envolvidos na promoção da adoção animal.

Concordou que é mais fácil adotar cachorros, para os cães de média idade, se houver uma promoção e não se desistir da causa, crê que nos próximos dois anos, a população de animais residentes no canil reduz para metade.

4- ABRIGOS PARA GATÍDEOS

Afirmou que o município de Benavente precisa de um novo projeto de um futuro novo CRO.

Recordou que o CRO de Benavente está em leito de cheia e, em caso de calamidade, como aconteceu, os animais correm risco de vida.

Referiu que, para o ano de 2027, o novo projeto do CRO deverá prever a instalação de um gatil, mas não significa que o município não possa trabalhar em parceria, sendo acordo com a Associação Refúgio Vital, colocar um novo contentor nas suas instalações destinado aos gatos.

Recordou que, neste momento, a Câmara não tem veterinário municipal, e ao contrário do que as pessoas possam pensar, esse técnico não faz o serviço de vacinas e castrações, sendo que uma das partes fundamentais do trabalho do veterinário é ser a autoridade veterinária municipal.

Referiu que a supervisão da carne, do peixe fresco e de tudo o que diz respeito a frescos no concelho, não tem supervisão.

Acrescentou que está a ser preparado o recrutamento para um segundo veterinário, de forma que o município possa ter dois veterinários, para garantir que todo o serviço médico-veterinário e de bem-estar animal seja feito de forma exemplar no concelho.

Crê que com dois veterinários, o município vai servir bem os animais do CRO, da Associação Refúgio Vital, os que são adotados e que a Câmara Municipal, por protocolo, tem a responsabilidade de prestar os cuidados médico-veterinários básicos e ainda repor a autoridade veterinária municipal.

5- FALTA DE HABITAÇÃO NO CONCELHO

Observou que, quando se analisa o tema da habitação no concelho, existem duas perspetivas, a habitação que existe e a que não existe.

Referiu que, independentemente da ideologia política que possa estar por trás da decisão, o que não se pode fazer é concordar com injustiças sociais.

Referiu que a injustiça social se dá quando a maior parte das famílias no país e no concelho, pagam quinhentos ou seiscentos euros de renda, muitas delas, quando a taxa Euribor sobe, deixam de ter capacidade para pagar, essas pessoas vivem com umas regras, que é o mercado privado de habitação. E por outro lado, há outro grupo de pessoas que vive com regras completamente diferentes, que é o mercado social de habitação.

Comentou que há um motivo pelo qual o nome do pelouro municipal foi transformado, deixou de ser Habitação Social, para passar a ser Habitação, o que significa que possa ser habitação jovem, pública, acessível, de custos controlados e habitação social.

Transmitiu que em dívidas malparadas na Câmara Municipal, existem 1.249.803,00 €, dos quais, 259.284,00 €, correspondem a rendas.

Dessas rendas em atraso, há pessoas que não pagam renda há dez anos, cujo valor mensal da renda é, em alguns casos, de cerca de 10,00 €, não se conseguindo entender como é que num concelho se permite que pessoas que têm um regime de exceção com uma renda de 10,00 €, não a paguem durante anos a fio.

Frisou que, quando se toma uma decisão política, tem de se ser justo e que em todas as decisões que forem tomadas sobre a Habitação, porque é uma área extremamente sensível, tem de haver um sentido de justiça social muito presente.

Explicitou que foi feito um levantamento de habitações vazias, para perceber quantas casas estão disponíveis e em que condições, vai ser resolvido a transmissão de titularidade, vão ser apresentadas propostas de celebração de contratos de arrendamento, porque há pessoas que têm casa da Câmara e nem sequer pagaram alguma vez renda.

Outra proposta que vai ser apresentada é sobre a revisão e a atualização das rendas, ao abrigo do Regime do Arrendamento Apoiado, ou seja, todas as pessoas que têm casa que não é habitação social, a renda será revista. No concelho, existe uma série de pessoas que nunca viram as rendas revistas.

Explicitou que a atualização das rendas vai ser em função dos rendimentos atuais das pessoas, mas o princípio é a justiça social.

Crê que há muitas pessoas que não vão gostar destas medidas, mas em troca dos que não gostarão, existirão muitos mais que vão gostar desta justiça social, que são os cumpridores.

Explicou, mais, que existem, ainda, os planos de amortização, que é o conjunto de pessoas com rendas em atraso, estão identificadas, mas não foram notificadas pelo Executivo anterior para pagar as rendas em atraso. Acrescentou que a Câmara vai dar a possibilidade, por justiça social, de quem não paga, poder pagar.

Afirmou que até ao final do ano, no que diz respeito à Habitação, do que existe, a situação ficará normalizada.

Mencionou que no âmbito do PRR, houve uma série de habitações da Câmara Municipal que foram identificadas na Estratégia Local de Habitação para serem requalificadas, e depois, foram elencadas as necessidades relativas à construção de novos fogos.

Outra situação importante e que os políticos deviam ter em conta é a relação entre os inquilinos e o ponto de situação habitacional, ou seja, para quem tem casas da Câmara, vai existir um documento digital, mediante o qual se saberá, objetivamente, o estado de cada caso, e para cruzar informação existe a lista do património, onde constam todos os imóveis habitacionais, para cruzar com a alocação.

Concordou que a Câmara Municipal tem muitos terrenos e não está a utilizar os mesmos corretamente.

Mencionou que existe um projeto de loteamento para a construção, na Estrada Malhada dos Carrascos, em Porto Alto, no qual, em parte, a construção será de financiamento do Programa 1.º Direito e, a outra parte, será loteada para habitação jovem.

Para Santo Estevão, existe um projeto para a construção de vinte moradias, disponibilizando-se lotes municipais para que um empreiteiro, na posse do projeto-tipo, construa as moradias.

Afirmou que os serviços estão a trabalhar na listagem exaustiva dos terrenos urbanizáveis do concelho, para conseguir durante o ano de 2026, alocar o máximo de território possível à construção de nova habitação, com o modelo de a Câmara urbanizar e colocar à venda.

Observou que o levantamento dos lotes da Câmara Municipal, nos diversos loteamentos, já foi efetuado, e todos os lotes que foram concessionados e que não foram construídos, os proprietários ou constroem ou devolvem à Câmara.

Ponto 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Após a confirmação de que todos os membros da Câmara Municipal tinham conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963 e, submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

02- DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Gestão e Controle do Plano e do Orçamento

Ponto 3 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS – EXERCÍCIO DE 2025

Nos termos do disposto na al. l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, junto se remete, para aprovação da Câmara Municipal e posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação e votação, os documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2025, integralmente elaborados nos termos do SNC-AP, e que englobam:

- Relatório de Gestão;
- Demonstrações Financeiras: Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa, Alterações ao Património Líquido e Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Demonstrações Orçamentais: Demonstração do Desempenho Orçamental, Demonstrações da Execução Orçamental da Receita e da Despesa, Execução do Plano Plurianual de Investimentos, Dívidas a Terceiros e Anexos às Demonstrações Orçamentais;
- Documentos de Suporte.

Conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, identificam-se os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, os quais devem constar da ata:

- **Balanço:**
 - Ativo – € 96.847.923,49
 - Património Líquido – € 86.302.370,82
 - Passivo – € 10.545.552,67
- **Rendimentos e Gastos (DR):**

- Rendimentos – € 32.669.167,96
- Gastos – € 34.225.827,16
- Resultado Líquido – € -1.556.659,20

- **Recebimento e Pagamentos (DFC):**
 - Saldo da gerência anterior:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 5.042.915,88
 - ✓ Operações Tesouraria – € 1.146.204,17
 - Recebimentos:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 37.437.747,76
 - ✓ Operações Tesouraria – € 298.055,07
 - Pagamentos:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 33.813.510,29
 - ✓ Operações Tesouraria – € 164.038,34
 - Saldo para a gerência seguinte:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 8.667.153,35
 - ✓ Operações Tesouraria – € 1.280.220,90

- **Desempenho orçamental:**
 - Saldo da gerência anterior:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 5.042.915,88
 - ✓ Operações Tesouraria – € 1.146.204,17
 - Recebimentos:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 37.437.747,76
 - ✓ Operações Tesouraria – € 298.055,07
 - Pagamentos:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 33.813.510,29
 - ✓ Operações Tesouraria – € 164.038,34
 - Saldo para a gerência seguinte:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 8.667.153,35
 - ✓ Operações Tesouraria – € 1.280.220,90

Mais se propõe que seja sujeito à aprovação o **Resultados líquido do Exercício de 2025**, no valor negativo de € 1.556.659,20.

Nos termos do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, integram o relatório e contas as declarações referidas nas alíneas. a) e b) do n.º 1 do referido artigo 15.º, pelo que as mesmas foram incluídas nos documentos de prestação de contas agora apresentados.

Benavente, 15 de abril de 2026

A presidente da Câmara Municipal, *Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino*

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da ordem do dia.

Ponto 4 – 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2025

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação por parte da Assembleia Municipal, a presente proposta de 2.ª revisão orçamental, elaborada de acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL (em vigor por força do disposto no artigo 17.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP)). A revisão orçamental implica as seguintes modificações:

MODIFICAÇÕES NA RECEITA

Económica	Designação	Reforços 2026	Reduções 2026	Reforços 2027
0603019914	IRN – Contrato Interadministrativo de Cooperação (adenda ao contrato)	3 485,00		
10030109	Fundo Ambiental – Zona Ribeirinha	400 000,00		
1003070153	Ampliação JI/EB1, Areias e JI Lezírias, Samora Cor		-615 032,00	615 032,00
TOTAIS		403 485,00	-615 032,00	615 032,00
TOTAL RECEITA		-211 547,00		615 032,00

MODIFICAÇÕES NA DESPESA

GOP	Designação	Económica	Reforços 2026	Reduções 2026	Reforços/Reduções 2027	Reforços/Reduções 2028	Reforços/Reduções 2029	Reforços/Reduções 2030	Reforços/Reduções 2031 e seguintes
03 1 2023/1034 2	Ampliação Jardim infância Lezíria, Samora Correia / Construção	0701030 501		-256 787,00	522 037,00				
03 1 2024/6 2	Ampliação JI/EB1 nº2, Areias, Benav./ Construção	0701030 501		-376 735,00	661 745,00				
04 1 2026/4 2	Creche Municipal Benavente - Construção/Remodelação	0701030 4	100 000,00						
06 1 2025/70	Requalificação de pavilhão, Bairro esteveira, ARCAS	0701030 2		-29 397,00					
06 1 2026/9	Substituição da cobertura da sede da ADCRA	0701030 2	6 327,00						
06 2 2025/19 19	Cultura / Eventos culturais diversos	0202250 2			-50 000,00				
09 1 2016/47	Requalificação do cruzeiro do Calvário e muralha do Jardim do Calvário, Benavente	0701040 5	12 100,00						
09 1 2026/14	Requalificação da Zona Ribeirinha Benavente	0701040 5	400 000,00						
09 1 2026/15 1	Requalificação Parque Infantil Santo Estevão	0701040 5	31 721,00						

06 1 2026/15 2	Requalificação Parque s Infantil Foros da Charneca	0701040 5	17 941,0 0						
09 2 2025/32 1 1	Urbanismo / Iluminação pública / Manutenção / Energia elétrica	020201				-50 000,00			
09 2 2025/34 2	Higiene urbana / Lavagem de contentores	020202				-50 000,00			
09 2 2025/34 4	Higiene urbana / Controlo de pragas	020202				-45 000,00			
10 1 2024/27 2	Arruamentos / Freguesia de Benavente	0701040 1			- 50 000,00				
10 1 2024/27 3	Arruamentos / Freguesia de Samora Correia	0701040 1			- 50 000,00				
12 1 2026/12	Reparação coberturas edifícios municipais	0701030 7			- 62 512,00				
12 2 2025/50 22	Func.unid.org./ Outros bens	020121				- 100 000,00			
12 2 2025/50 26	Func.unid.org./ Serviços de conservação	020203				- 100 000,00			
12 2 2025/50 39	Func.unid.org./ Outros trabalhos especializados	020220				-50 000,00			
12 0 2025/50 43	Func.unid.org./ Serviços diversos	0202250 9				-90 000,00			
12 2 2025/50 60 22	Func.unid.org./ Remunerações por doença e maternidade / paternidade	010115				-6 615,00			
12 2 2025/50 60 23	Func.unid.org./ Horas extraordinárias	010202				-80 000,00	-70	-70	-70
12 2 2025/50 60 38	Func.unid.org./ Seguros de acidentes de trabalho	0103090 1	45 795,0 0			45 795,00			
12 2 2025/51 3 1	Informática / Locações	020205				7 000,00			
12 2 2025/52 4	Serviço da dívida / Comissões	0602030 4				70,00	70,00	70,00	70,00
TOTAIS			613 884,00	-825 431,00	615 032,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESA			-211 547,00		615 032,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Com a realização da referida revisão, o orçamento total de 2026 irá sofrer uma redução de 211 547 euros.

Paços do Município, 15 de abril de 2026

A presidente da Câmara Municipal, *Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino*

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da ordem do dia.

Inventário e Cadastro

Ponto 5 – INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONSTITUTIVOS DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE / EXERCÍCIO DE 2025

No termo do ano económico de 2025, apresenta-se o inventário dos ativos do Município contabilizados na Classe 4 – Investimentos, refletindo de forma detalhada o conjunto de bens que integram o seu património. Este levantamento tem como objetivo assegurar a transparência, o rigor e o controlo na gestão patrimonial, permitindo uma visão clara da situação dos ativos municipais.

Os bens encontram-se inventariados em conformidade com as normas estabelecidas pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), garantindo a fiabilidade e a consistência da informação apresentada. Para o efeito, os ativos são elencados e organizados através dos mapas constantes no documento anexo, os quais evidenciam a sua natureza, classificação e valorização.

A Classe 4 – Investimentos integra os bens detidos com carácter de continuidade, que não se destinam a venda ou transformação no decurso normal das operações da entidade. Esta classe reflete, assim, os ativos essenciais à prossecução atribuições do Município.

Incluem-se nesta classe:

- a) Os bens de domínio público (contas 430, 440 e 450);
- b) Os investimentos financeiros de médio e longo prazo (conta 41);
- c) Os ativos fixos tangíveis utilizados na atividade da entidade, incluindo os relativos a contratos de locação financeira (conta 43);
- d) Os ativos intangíveis (conta 44);
- e) Os investimentos em curso (conta 45).

Junto se anexa o documento sobre o assunto mencionado em epígrafe.

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da ordem do dia.

02.02- Subunidade Orgânica de Contabilidade

Ponto 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Presente o documento em epígrafe, com o número sessenta e nove, referente ao antepenúltimo dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos:

Em numerário: dez mil, cento e oitenta e quatro euros e sessenta e trinta e seis cêntimos, em dinheiro.

C.G.D

Conta – PT5000350156000009843092 – cinco milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e noventa e seis euros e noventa e oito cêntimos;

C.G.D

Conta – PT50003501560001470473069 – oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e vinte e sete euros e noventa e oito cêntimos;

C.G.D

Conta – PT50003501560001496353057 – trezentos e vinte e dois mil, duzentos e noventa e oito euros e vinte e seis cêntimos;

C.G.D

Conta – PT50003521100001168293027 – setecentos e sessenta e dois mil, noventa euros e sessenta e oito cêntimos;

CCAM

Conta – PT50004550904010946923865 - um milhão, trezentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos;

NOVO BANCO, SA

Conta – PT50000703400000923000754 – vinte mil, quatrocentos e noventa e três euros e quarenta e nove cêntimos;

Banco BPI, SA

Conta – PT50001000001383790010130 – trinta e nove mil, quarenta e um euros e oito cêntimos;

Banco Santander Totta, SA

Conta – PT50001800020289477400181 – nove mil, cento e sessenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos;

B.C.P.

Conta – PT50003300000005820087405 – quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros e doze cêntimos;

C.G.D

Conta – PT50003501560000280563011 – cinquenta mil, duzentos e quarenta e dois euros e oitenta cêntimos;

C.G.D

Conta – PT50003501560000061843046 – um milhão, cento e dezasseis mil, setecentos e dez euros e vinte e seis cêntimos;

C.G.D

Conta – PT50003501560001874885081 – CGDIPTPL – quinze mil, novecentos e quarenta e um euros e cinquenta e um cêntimos;

C.G.D

Conta – PT50003501560001877045077 – Oitocentos euros e dois cêntimos;

C.G.D

Conta – PT50003501560001901365014 – cinquenta e oito mil, duzentos e oitenta e oito euros e trinta e dois cêntimos;

C.G.D

Conta – PT50003501560001908615085 – quinze mil, setecentos e cinquenta e cinco euros e sessenta cêntimos;

C.G.D

Conta – PT50003501560001913795079 – onze mil, cento e setenta e quatro euros e oitenta cêntimos;

C.G.D

Conta - PT50003501560001916635045 – doze mil, duzentos e trinta e um euros e quarenta e cinco cêntimos.

Num total de disponibilidades de dez milhões, cento e noventa e seis mil, quinhentos e treze euros e setenta cêntimos, dos quais oito milhões, novecentos e quinze mil, quarenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos, são de Operações Orçamentais e um milhão, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e quatro cêntimos, de Operações Não Orçamentais.

03- DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

03.05- Subunidade Orgânica de Património

Ponto 7 – EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA CONFERIDO AO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NO ÂMBITO DO N.º 3 DO ARTIGO 20 DO DECRETO-

LEI N.º 794/76, DE 05/11, ARTIGO 29.º DA LEI N.º 31/2014, DE 30/05, CONSTITUÍDO ATRAVÉS DE DIREITO DE SUPERFÍCIE

Informação N.º: 2278 de 09/03/2026

A requerente, tendo em vista a instrução do processo relativo à escritura de compra e venda do prédio urbano destinado habitação de r/c, com três divisões, cozinha, casa de banho, corredor, 2 varandas, sótão e logradouro, constituído em direito de superfície, sito na Rua Fernando Lopes Graça LT 8, freguesia de Samora Correia, solicita à Câmara Municipal de Benavente, o seguinte:

- Que o município de Benavente se pronuncie sobre o direito legal de preferência que lhe foi conferido na alienação a título oneroso de uma moradia de rés-do-chão e logradouro, construída no lote 08, constituído em direito de superfície, sito na Rua Fernando Lopes Graça, freguesia de Samora Correia, no município de Benavente, com a área coberta de 81,86 metros quadrados e descoberta de 78,14 metros quadrados e descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 3433, da freguesia de Samora Correia e inscrito na Matriz Predial Urbana da mesma freguesia sob o artigo 4521, no qual incide uma hipoteca a favor da Caixa Geral de Depósitos, S.A., e vai ser vendido, pelo valor de 330.000,00 €, (Trezentos e trinta mil euros).

- Em face do exposto, cumpre informar:

1 – Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 29.º e 30.º, da Lei n.º 31/2014, de 30/05, na sua redação atual com o n.º 3 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro, é concedido o direito de preferência aos municípios, nas transmissões onerosas de prédios entre particulares, tendo em vista os objetivos de política pública de solos para as finalidades legalmente estabelecidas.

2 – No caso concreto, e tendo em conta que se trata de direito de superfície, o município goza do direito de preferência em primeiro grau, na alienação do direito, por atos inter vivos, pelo que se submete à consideração superior a decisão quanto ao eventual exercício do direito de preferência em causa.

À Consideração superior, Rute Ema Ramos Sotero Reis

Despacho Chefe de Divisão DMGARH Palmira Machado: *“Concordo com o teor da informação. À consideração superior.”* 09/03/2026

Despacho da Presidente de Câmara: *“À reunião.”* 27/03/2026

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VICE-PRESIDENTE resumiu a pretensão em epígrafe.

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, homologar a Informação n.º 2278, de 09/03/2026 e, de acordo com a mesma, renunciar ao direito de preferência, em 1.º grau, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na redação atual, na alienação duma moradia de rés-do-chão e logradouro, construída no lote 08, constituído em direito de superfície, sito na Rua Fernando Lopes Graça, freguesia de Samora Correia, no município de Benavente, com a área coberta de 81,86 metros quadrados e descoberta de 78,14 metros quadrados e descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 3433, da freguesia de Samora Correia e inscrito na Matriz Predial Urbana da mesma freguesia sob o artigo 4521, bem como, autorizar a venda do edificado pelo valor de 330.000,00 € (trezentos e trinta mil euros).

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e constitui pasta anexa à ata.

04- DIVISÃO MUNICIPAL DE OBRAS MUNICIPAIS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES

04.1 OBRAS MUNICIPAIS

Gestão de Operações Financiadas

Ponto 8 – INVESTIMENTO C03-I02 – ACESSIBILIDADES 360º / PROJETOS Nº 4809, 5736 E 5832 - SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS

INFORMAÇÃO Nº 12518, DE 10/04/2026

I. Enquadramento

No âmbito do Investimento C03-i02 – Acessibilidades 360º, integrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foram submetidas pelo Município de Benavente as candidaturas n.º 4809, 5736 e 5832, na qualidade de Beneficiário Final.

Na sequência de comunicações anteriores com o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.), foi oportunamente solicitado pelo Município a anulação das referidas candidaturas, atendendo às dificuldades de execução dentro dos prazos inicialmente definidos.

Posteriormente, por comunicação do INR, I.P., datada de 3 de março de 2026, foi transmitida a possibilidade de prorrogação dos prazos de execução das operações, na sequência do estado de calamidade declarado devido a condições meteorológicas adversas, tendo sido solicitado ao Município que informasse sobre a intenção de manter ou anular os projetos.

Neste contexto, foi elaborada a Informação n.º 9015, de 12/03/2026, na qual se propunha a manutenção das candidaturas e a sua execução ao abrigo dos novos prazos, considerando que a prorrogação abrangia também a execução da obra. Na sequência, foi comunicado ao INR, I.P., através do ofício nº 2944 de 20/03/2026, a intenção de manutenção das candidaturas, bem como a proposta de alteração do prazo de execução.

Paralelamente foram contactados os Destinatários Finais, tendo sido solicitado que confirmassem o seu interesse em prosseguir com a intervenção nas respetivas habitações, nas condições previamente acordadas, tendo o Município recebido resposta favorável.

II. Ponto de Situação

Em comunicação mais recente do INR, I.P., datada de 8 de abril de 2026, foi esclarecido que, apesar da intenção manifestada de dar continuidade aos projetos, as candidaturas já se encontram anuladas na plataforma PRR-SIGA, não sendo a prorrogação de prazos aplicável a projetos nessa condição, pelo que não é possível reverter a situação, reconhecendo ainda que a expectativa eventualmente criada pela informação, anteriormente prestada, resultou de um lapso.

III. Proposta

Face ao exposto, propõe-se que:

- Seja tomado conhecimento da impossibilidade de reativação das candidaturas relativas aos projetos n.º 4809, 5736 e 5832, no âmbito do Investimento C03-i02 – Acessibilidades 360º;
- Seja promovida a respetiva comunicação da decisão final do INR, I.P. aos requerentes (destinatários finais);
- Seja dado conhecimento aos Serviços de Gestão e Controlo do Plano e Orçamento, para efeitos de retirada das rubricas orçamentais associadas aos referidos projetos.

À consideração superior, A Assistente Técnica, Virgínia Maria G. Gregório Isidro

PARECER DO DIRIGENTE DAS OBRAS MUNICIPAIS: *“Face ao exposto, submete-se para conhecimento a comunicação do INR. Propõe-se dar conhecimento aos beneficiários finais da comunicação do INR. Propõe-se ainda a descabimentação das verbas previstas. À consideração”* 14/04/2026, Jorge Miguel Serrano de Sousa Correia

DESPACHO DA PRESIDENTE DA CÂMARA: *“Á reunião”*. 15/04/2026.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR FREERICO ANTUNES explicitou que o procedimento dizia respeito ao PRR, no qual as pessoas podiam pedir apoio para obras de requalificação.

O SENHOR VEREADOR PEDRO GAMEIRO disse que fazia todo o sentido a Câmara Municipal responder a um email de uma munícipe, sobre o assunto.

O SENHOR VEREADOR PAULO CARDOSO disse que, não obstante a Câmara Municipal ter deixado cair estes investimentos, existe um problema com pessoas que a Câmara tem de chegar a consenso, para tentar minimizar o facto de deixar cair os três projetos.

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, homologar a informação técnica n.º 12518 de 10/04/2026, validada pelo respetivo dirigente e, nos termos da mesma:

- tomar conhecimento da impossibilidade de reativação das candidaturas relativas aos projetos n.º 4809, 5736 e 5832, no âmbito do Investimento C03-i02 – Acessibilidades 360º;
- promover a respetiva comunicação da decisão final do INR, I.P. aos requerentes (destinatários finais);
- determinar que seja dado conhecimento da mesma aos Serviços de Gestão e Controlo do Plano e Orçamento, para efeitos de retirada das rubricas orçamentais associadas aos referidos projetos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e constitui pasta anexa à ata.

06- DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE

06.01- Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa

Ponto 9 - REALIZAÇÃO DE PASSEIO MOTO2/MOTO4 – PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA – DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Informação n.º 12339 de 08/04/2026

Vem a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia, nos termos do artigo 7º do Decreto Regulamentar n.º 2ª/2005 de 24 de março, solicitar através de requerimento (registo 6953) licenciamento no âmbito do exercício da atividade de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos

públicos (organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre):

- Atividade a licenciar: Passeio Moto2/Moto4
- Data de Realização: 12 de abril de 2026
- Horário: 7.00 – 20.00 horas
- Número de participantes: 500
- Vias a utilizar: Conforme mapa com o percurso assinalado anexo ao requerimento (Freguesia de Samora Correia /terrenos da Companhia das Lezírias). Para instrução do processo, anexa os documentos necessários para emissão do Alvará da Licença, pelo que nada obsta à emissão do respetivo Alvará de Licença.
- Itinerário (mapa com percurso assinalado)
- Parecer favorável do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- Parecer Favorável da GNR

À Consideração superior A Coordenador Técnico, Ana Cristina Costa Infante Gonçalves

Sobre este assunto a Sr^a Presidente exarou, no dia 9 de abril de 2026, o seguinte despacho: *“Em face da data do pedido e da presente informação, não há tempo útil para submeter o pedido a deliberação da CMB, pelo que ao abrigo do nº 3 do artigo 35 à lei nº 75/2013, 12 de setembro, e com base no parecer concordante do dirigente, homologo a informação e defiro o pedido. Submeta-se a ratificação da CMB.”*

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pela senhora presidente da Câmara Municipal, no dia 09/04/2026.

Ponto 10 - REALIZAÇÃO DE PASSEIO A CAVALO – PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA -DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Informação nº 12229 de 07/04/2026

Vem a Comissão da Festa da Amizade/Sardinha Assada de Benavente, nos termos do artigo 7º do Decreto Regulamentar nº 2ª/2005 de 24 de março, solicitar através de requerimento (registo 5995) licenciamento no âmbito do exercício da atividade de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos (organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre):

Atividade a licenciar: Passeio a Cavalo

Data de Realização: 11 de abril de 2026

Horário: 8.00 – 14.00 horas

Número de participantes: 160

Vias a utilizar: Conforme mapa com o percurso assinalado anexo ao requerimento (área da freguesia de Benavente).

Para instrução do processo, anexa os documentos necessários para emissão do Alvará da Licença:

Itinerário (mapa com percurso assinalado)
Cartaz
Parecer favorável da GNR
Parecer Favorável da IP – Infraestruturas de Portugal

À consideração superior, A Coordenador Técnico, Ana Cristina Costa Infante Gonçalves

Sobre este assunto a Sr.^a Presidente exarou, no dia 9 de abril de 2026, o seguinte despacho: *“Em face da data do pedido e da presente informação, não há tempo útil para submeter o pedido a deliberação da CMB, pelo que ao abrigo do nº 3 do artigo 35 à lei nº 75/2013, 12 de setembro, e com base no parecer concordante do dirigente, homologa a informação e defiro o pedido. Submeta-se a ratificação da CMB.”*

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pela senhora presidente da Câmara Municipal, no dia 09/04/2026.

EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

Educação

Ponto 11 - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

De acordo com o artigo 58º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o Conselho Municipal de Educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos pela Câmara Municipal.

Assim, após consulta, através de email enviado, entre novembro e dezembro de 2025, a todas as entidades que integram o Conselho Municipal de Educação, como definido no artigo 57º do referido diploma, apresenta-se a seguinte proposta de composição:

- Presidente da câmara municipal de Benavente

Sónia Ferreira, Presidente da Câmara e responsável pelo pelouro da Educação

- Presidente da assembleia municipal

Luís Feitor

- Presidente da junta de freguesia, em representação das freguesias do concelho

Ivete Mateus

- Representante da AGSE (Agência para a Gestão do Sistema Educativo)

A aguardar nomeação

- Representante CCCR LVT

A aguardar nomeação

- Diretor Agrupamento Escolas Benavente

Cristina Silva

- Diretora Agrupamento Escolas Samora Correia

Luísa Carvalho

- Representante do pessoal docente do ensino secundário público

Alexandra Ferreira

- Representante do pessoal docente do ensino básico público

Paula Louçã

- Representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública

Joaquina Nazaré

- Representante do Conselho pedagógico AEB

Pedro João Vieira

- Representante do Conselho pedagógico AESC

Vítor Martinho

- Representante da Associação de pais AEB

Carla Pardão

- Representante da Associação pais AESC

Sónia Guerreiro

- Representante da Associação de Estudantes

Lara Guerra

- Representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação

Rui Domingos, Fundação Padre Tobias

- Representante dos serviços públicos de saúde

Sónia Pinto, Enfermeira da UCC de Benavente

- Representante dos serviços da segurança social

Sandra Pedrosa

- Representante dos serviços de emprego e formação profissional

Conceição Isabel Silva, Diretora do Centro de Emprego e Formação Profissional de Santarém

- Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto

Sandra Cristina Amaral Monteiro

- Representante das forças de segurança

Rui Filipe Barbosa de Sousa, 1º Sargento Comandante do Posto Territorial de Benavente

- Representante do conselho municipal da juventude

Não poderá ser designado representante, após eleições autárquicas, não foi ainda constituída uma nova composição do órgão

À consideração superior,

A Dirigente 3º grau, Eva Oliveira Teles

Despacho da senhora presidente: “À reunião”. 15/04/2026

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A DIRIGIGENTA DE 3.º GRAU – EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL, EVA TELES resumiu a proposta de composição do conselho municipal de educação.

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de composição do Conselho Municipal de Educação. submetendo-se a mesma à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 58º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e constitui pasta anexa à ata.

Ação Social

Ponto 12 - PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO EVENTUAL PARA PAGAMENTO DE ALOJAMENTO (QUARTO PARTICULAR) FACE A SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO DO BENEFICIÁRIO

Informação nº 11902 de 15/04/2026

CONCLUSÃO/PARECER SOCIAL

Face à situação de vulnerabilidade social em que o requerente se encontra, marcada pela inexistência de resposta habitacional, ausência de suporte familiar e insuficiência de recursos económicos, considera-se pertinente a atribuição de apoio económico eventual.

Assim, propõe-se a concessão de **apoio económico no valor de 350€**, destinado ao pagamento de **um mês de renda de quarto**, com despesas incluídas. O referido apoio deverá ser pago através de transferência bancária, de forma a garantir a sua efetivação célere e adequada.

Este apoio revela-se fundamental para assegurar uma resposta habitacional imediata e promover condições mínimas de estabilidade no atual percurso formativo e de inserção social do jovem.

(número sequencial de cabimento 47270).

Por último, chama-se a atenção dos membros da Câmara Municipal de que toda a documentação que serviu de base à proposta de apoio eventual, por conter referências a “*Dados Pessoais*” do utente, encontra-se abrangida pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2016.04.27, pelo que apenas poderá ser utilizada, única e exclusivamente, para a tomada de decisão no âmbito do presente processo, sendo expressamente interdita a sua divulgação seja a que título for e por que forma ou meio for, exceto se os respetivos titulares tiverem dado o seu consentimento explícito, ou se esse tratamento / divulgação resultar de imposição legal, sob pena de eventual procedimento criminal contra o autor de tal divulgação.

À consideração superior,

A Técnica Superior, Paula Cristina Cardoso Fernandes

Despacho da senhora presidente: “*À reunião*”. 15/04/2026

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da ordem do dia.

Ponto 13 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA

Ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- Exercício do Direito Legal de Preferência conferido ao Município de Benavente no âmbito do N.º 3 do Artigo 20 do Decreto-Lei n.º 794/76, de 05/11, Artigo 29 da lei n.º 31/2014, de 30/05, constituído através do direito de superfície;
- Investimento C03-i02 - Acessibilidades 360º / Projetos n.º 4809, 5736 e 5832 - Situação das Candidaturas;
- Proposta de Composição do Conselho Municipal de Educação;

Não havendo mais nada a tratar, o senhor vice-presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas e trinta e seis minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada, digitalmente.

E eu, Ana Carla Ferreira Gonçalves, chefe da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, a subscrevo e assino.